

Veículo: Blog do Valente	
Data: 08/10/2020	



Operação contra esquema de fraudes em pagamentos de IPVA prende 16 pessoas

Bahia / 0

Por Ana Almeida / 08/10/2020 às 07:15



Foram cumpridos 16 mandados de prisão temporária e 15 de busca e apreensão em uma operação do Ministério Público estadual em parceria com a Polícia Civil do Paraná (PC-PR), nesta quarta-feira, 7. A operação investiga fraudes no pagamento de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de carros de luxo.

Segundo os promotores de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Combate à Organização Criminosa e Investigações Criminais (Gaeco), os investigados são acusados de captar proprietários de carros de luxo e oferecer quitação do IPVA com descontos que variavam entre 30% e 50%. No entanto, o pagamento do débito era realizado por meio de invasão de contas bancárias alheias.

As investigações da Gaeco foram iniciadas há cerca de oito meses, quando foram analisados 27 IPVAs quitados por duas contas distintas, sendo uma do Rio Grande do Norte e outra da Bahia, nos anos de 2017 e 2019.

Por conta da quantidade de invasões de contas em Remanso, no interior da Bahia, a competência para a análise e julgamento do caso foi declinada para o juízo competente, com a investigação sendo realizada pelo Gaeco do MP-BA.

Fonte: A Tarde

Veículo: Rádio Sociedade da Bahia AM 740	
Data: 07/10/2020	Programa: Show da Tarde
Assunto Arrecadação de ICMS em Feira de Santana registra crescimento superior a 2%.	

Data: 07/10/2020

Hora: 15:32

Duração: 01:29

Emissora: RÁDIO SOCIEDADE DA BAHIA AM 740

Programa: SHOW DA TARDE

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: **Arrecadação** de **ICMS** em Feira de Santana registra crescimento superior a 2%.

Veículo: Metro1	Política
Data: 08/10/20	<u>Cita Sefaz</u>



Política

Saeb recebe R\$ 235 milhões em crédito suplementar para despesas com inativo militar do estado



08 de Outubro de 2020 às 06:52 Por: **Divulgação** Por: **Redação BNews** 0 comentários

O governador Rui Costa (PT) decretou a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 439,4 milhões dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo que R\$ 315 milhões será destinado à Secretaria de Administração do Estado da Bahia (Saeb).

Dentro da pasta, a maior parte do montante, R\$ 235 milhões, será realocada para o custeio com o inativo militar do estado, enquanto outros R\$ 78 milhões devem custear despesas com benefício para dependente do militar. Os valores constam na edição desta quinta-feira (8) do Diário Oficial do Estado.

Além da Saeb, a Secretaria de Educação foi beneficiada com R\$ 16,6 milhões, a **Secretaria da Fazenda** com R\$ 7 milhões, a pasta de Desenvolvimento Rural vai receber R\$ 6,5 milhões, a Seinfra ficou com R\$ 5 milhões, enquanto a Secretaria de Desenvolvimento Urbano vai receber 2,6 milhões.

A abertura de crédito suplementar nada mais é do que a realocação de verbas de uma área para a outra por parte de um governo. Ou seja, dentro do orçamento já

estipulado para aquele exercício, é possível, diante da necessidade, que se retire peça crédito suplementar para cobrir as despesas extras de um setor.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 08/10/20	



NOVO DECRETO DE CALAMIDADE DO ESTADO É PUBLICADO



admin 8 Outubro, 2020

Um novo decreto de calamidade pública na Bahia em virtude da pandemia do coronavírus foi publicado no Diário Oficial desta quinta-feira (8).

Com o novo documento, fica autorizada a mobilização de todos os órgãos estaduais, no âmbito das suas competências, para apoiar as ações de resposta ao desastre. Na prática, Estado e municípios poderão acessar recursos federais via Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para que sejam utilizados no combate à pandemia da Covid-19.

O documento será encaminhado ao Governo Federal para que seja obtido o reconhecimento da União. O novo decreto substitui o anterior, publicado pelo Governo do Estado em abril, e que tinha validade até esta quarta-feira (7).

Foto: Reprodução/ Agecom

Veículo: Política Livre	
Data: 08.10.2020	Caderno: Economia



07 de outubro de 2020 | 20:26

Governo da Bahia anuncia novo decreto de calamidade pública por causa da Covid-19

BAHIA

O estado da Bahia terá novo decreto de calamidade pública a partir de quinta-feira (8), quando a medida será publicada no Diário Oficial do Estado. A medida é em virtude da pandemia do coronavírus.

O documento será encaminhado ao Governo Federal para que seja obtido o reconhecimento da União. O novo decreto substitui o anterior, publicado pelo governo em abril, e que tinha validade até esta quarta-feira (7).

Segundo o governo, o decreto facilita o acesso de recursos federais por parte dos municípios baianos via Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para o combate ao novo coronavírus. A medida autoriza a mobilização de todos os órgãos estaduais para apoiar as ações de resposta à pandemia.

Na prática, o decreto reduz a burocracia para acelerar as etapas de liberação do dinheiro. O documento contempla todos os municípios baianos.

A TARDE

Armando Avena



ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/columnista/armandoavena
armandoavena@grupotarde.com.br

O capitalismo e o dilema das redes

Descobri que o algoritmo queria me dominar quando cliquei num aplicativo de música e uma playlist com Frank Sinatra, Tom Jobim, Billy Holliday e Margarete Perroux começou a tocar. O algoritmo conhecia meu gosto musical, mas rebelou-me, apaguei a playlist e, só pra contrariar, passei a ouvir Avalon Jazz Band, Tereza Cristina e Pink Martini. Daí percebi que a Netflix supunha conhecer meu gosto cinematográfico, que a Amazon se dava ao deslanche de me sugerir livros, que o Google sabia tudo de mim e que as redes sociais manipulavam minhas postagens. Mas a certeza de que o algoritmo queria me sequestrar não me assustou, como está fazendo com os milhares de telespectadores que assistem ao documentário "O dilema das redes", pois eu sabia que ele era apenas mais um súdito do capitalismo, o onipresente

deus da modernidade. Esse deus – ou será um demônio? – transforma todas as coisas em mercadorias. Por que com a internet seria diferente? A propaganda na rua, na TV, nos jornais também tenta lhe sequestrar, vendendo prazer, ilusão e felicidade. As lojas comerciais também estão ávidas por seus dados pessoais e fazem cadastros e mais cadastros. E as empresas, que antes abarrotavam sua caixa de correio, continuam abarrotando seu celular com ofertas e propostas. O sistema inteiro está a serviço de Mammon, o demônio bíblico viciado em riqueza, então por que na internet seria diferente? O documentário diz que nós somos o produto que se vende na WEB, mas isso não faz sentido, somos o que sempre fomos no capitalismo: máquinas programadas pelo sistema para consumir. Mas nas redes sociais existe um componente adi-

cional, pois o algoritmo tende a fazer interagir quem pensa igual, o que pode limitar o contraditório e estimular a polarização. Mas a polarização nasce na política, e o algoritmo pode no máximo potencializá-la. Na

O sistema inteiro está a serviço de Mammon, o demônio bíblico viciado em riqueza, então por que na internet seria diferente?

verdade, a internet é apenas uma imensa plataforma a serviço do capitalismo, e não será restringindo seu uso ou desligando o celular que iremos controlá-la, como sugere o documentário. Para isso precisamos de uma ferramenta mais poderosa: o Estado. Assim, se as redes sociais se prestam a disseminação de discursos de ódio e de notícias falsas, é preciso que isso seja coibido e punido pelo Estado. E se as empresas de tecnologia da informação estão se tornando monopólios que tudo controlam, cabe ao Estado fazer o que sempre fez: limitar seu poder, como foi feito nos Estados Unidos em 1890, quando o Sherman Act, a lei antitruste, limitou as grandes corporações. O Estado é o único poder capaz de conter os excessos da internet e do capitalismo, ainda que, por vezes, ele acenda uma vela a Deus e outra a Mammon.

O último trimestre de 2020

O 4º trimestre do ano vai ser de consumo em alta. A razão disso é que o auxílio emergencial, embora cortado pela metade, ainda vigora até o fim do ano e a classe média – aquela que preservou o salário – fez uma poupança forçada nos meses de isolamento e está ávida por ir às compras. E, embora o consumo digital não tenha pátria, uma parte do dinheiro

empençado vai ser gasto internamente. Mas, atenção, ninguém sabe o que vai acontecer no 1º trimestre de 2021, pois o auxílio emergencial deve acabar e não se sabe se haverá vacina ou uma 2ª onda de contágio. Por isso, os agentes econômicos precisam viabilizar descontos e promoções para aumentar as vendas e chegar capitalizado a 2021.

O destino da Petrobras

Um dos motivos que justificavam a privatização da RLAM – Refinaria Landulpho Alves era a redução na produção que não passava de 50% de sua capacidade em anos anteriores. Mas, desde de meados de 2019, com o aumento da procura internacional pelo óleo bunker, destinado aos navios e produzido pela RLAM, a produção disparou e petróleo e derivados

voltaram a liderar a pauta de exportações baiana, atrás apenas das exportações de soja. E, mais que isso, a RLAM foi quem mais processou petróleo no Brasil no 1º trimestre de 2020, superando a Refinaria de Paulínia (Replan), em São Paulo. Mas agora não tem volta, o STF autorizou a venda da RLAM, prevista no plano de desinvestimento da Petrobras.

A TARDE

SALÕES LIDERAM

Número de empresas em funcionamento cresce

AGÊNCIA BRASIL

A retomada da economia está se refletindo no aumento do número de empresas em funcionamento. Segundo o Mapa de Empresas do Ministério da Economia, em setembro foram abertos 252.840 negócios a mais do que foram fechados.

Em 31 de agosto, havia 19.289.824 empresas ativas no país. Em 30 de setembro, o número aumentou para 19.542.664.

As atividades econômicas de maior destaque na criação de empresas em setembro foram: cabeleireiros, manicure e pedicure; comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios; comércio varejista de bebidas; restaurantes e similares.

Cada empresa levou em média dois dias e 21 horas para ser aberta em setembro, o mesmo tempo registrado em agosto. Do total de empresas criadas no mês passado, 32,8% demoraram menos de um dia para

abrir.

Redução de tempo

A Estratégia de Governo Digital prevê a redução do tempo médio de abertura de empresas no país para apenas um dia até o fim de 2022. Em 21 meses, o intervalo caiu quase à metade. Em janeiro do ano passado, cada empresa levava, em média, cinco dias e 19 horas para ser aberta.

Segundo a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, a modernização das Juntas Comerciais e a ampliação da oferta de serviços no portal gov.br contribuíram para a redução do tempo médio de abertura de empresas.

Medidas que entraram em vigor com a Lei de Liberdade Econômica, como o registro automático de empresas e a dispensa de alvará para atividades de baixo risco, também foram decisivas na avaliação do órgão.

A TARDE

FERIADO Expectativa da Associação Brasileira de Shopping Centers é que as lojas vendam cerca de 14% a mais em comparação às semanas anteriores

Abrasce prevê aumento nas vendas no Dia das Crianças

MARJORIE MOURA

Segundo levantamento da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), a previsão de aumento nas vendas para o Dia das Crianças é de 14%, na comparação com as semanas anteriores, indicando recuperação nas vendas do setor a cada data comemorativa. Mas, em relação ao mesmo período do ano passado, a expectativa é de queda de 15%.

Mesmo assim, os shoppings manterão as modalidades de venda introduzidas durante a pandemia, como delivery e drive-thru. Cerca de 40% dos empreendimen-

tos realizarão uma estratégia especial. A novidade para a data são os eventos no formato drive in como teatro e apresentações infantis.

Desde 24 de agosto, todos os 577 shopping centers do país estão abertos. Contudo, o ritmo de recuperação do setor depende de variáveis macroeconômicas, como confiança do consumidor, mercado de trabalho e acesso ao crédito.

Nos shoppings

No Shopping da Bahia, até 31/10, a cada R\$ 250 em compras, o cliente troca por um bichinho de pelúcia e uma máscara infantil de pano, customizada, de acordo com o bichinho escolhido. Além disso, clientes SDB Premium e compras em lojas infantis recebem cupons em dobro.

"Estamos apostando na ludicidade para inserir as máscaras infantis num contexto de brincadeira, diversão e cuidado. Assim como acontece com os super-heróis, a relação de afeto entre as crianças e os animais pode ajudar a tornar os novos hábitos de convivência mais leves e divertidos", explica Mayara Diniz, gerente de marketing do SDB.

O Shopping Bela Vista dá continuidade à campanha Bela Moda voltada agora especialmente para os pequenos. A ação segue até 20 de outubro, reunindo diversas opções de looks infantis e



Os descontos seguem como as principais estratégias usadas para atrair clientes

ofertas para o Dia das Crianças. O Bela Vista apresenta 32 vitrines externas com peças e produtos encontrados no mix de lojas do shopping de moda infantil e sincronizando com as principais tendências de moda da próxima estação para os adultos.

"Para a semana da Criança, estimamos um crescimento entre 10 e 15% nas vendas e no fluxo de pessoas, quando comparado à semana anterior. Entendemos que o momento que estamos vivenciando, com funcionamento restrito e as operações de lazer ainda fechadas, essa expectativa é positiva. Lembrando que os clientes podem realizar suas compras através dos serviços de drive-thru e delivery, além da comodidade via plataformas online com o benefício do frete grátis", afirma Fernando Rocha, diretor geral de Operações BA/SE do Grupo JCPM (Salvador Shopping e Salvador Norte).

As lojas de brinquedos e roupas do Shopping Paralela estão com ofertas especiais e ações promocionais como, na compra de um

brinquedo na PBKids, o cliente ganha um brinde ou concorre a mais de 100 prêmios. Para a garotada ligada em jogos, a Login está com cadeira gamer Log com pagamento em 10 vezes sem juros de R\$ 109, e há lojas de roupas infantis com descontos de até 30%. "Com a ampliação do horário e o aumento do fluxo de clientes, a expectativa de crescimento nas vendas para o Dia das Crianças é muito positiva. As lojas estão preparadas com produtos e ações que incentivam as compras com segurança, respeitando todos os protocolos de prevenção à Covid-19", declara a gerente

de Marketing do Shopping Paralela", Renata Sousa.

"É a primeira data com flexibilização de horário e de estacionamento desde que a pandemia impôs o isolamento social. Isso pode favorecer as condições para recebermos mais clientes. O cenário aponta para uma baixa de leitos ocupados em nossa cidade, a estabilização do número de casos, e as pessoas estão se sentindo mais seguras para sair. Além disso, ainda temos uma demanda reprimida de crianças que estão mais em casa, ansiosas, e os pais devem querer proporcionar a saída para espalhar um pouco", afirmou Thais Leal, gerente geral do Shopping Paseo.

"Nossa expectativa é a melhor entre as datas comemorativas que passamos nesse ano atípico, o fluxo de clientes vem crescendo gradativamente, as pessoas estão mais confiantes. Esperamos poder comemorar bons resultados, pois temos aí uma demanda reprimida que ainda deve impactar mais positivamente o segmento", afirma Karina Brito, gerente de Marketing do Shopping Barra.

Shoppings manterão as modalidades de venda introduzidas [...] como delivery e drive-thru

A TARDE

CURTAS

Biodiesel tem redução para 11%

A diretoria colegiada da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou ontem a redução excepcional e temporária do percentual de mistura obrigatória do biodiesel ao óleo diesel dos atuais 12% para 11% no bimestre de novembro e dezembro de 2020. "A medida é necessária para

dar continuidade ao abastecimento nacional, uma vez que a oferta de biodiesel para o período citado poderia não ser suficiente para atender à mistura de 12% ao diesel B, que vem sendo bastante consumido, apesar da atual situação de pandemia", informou, por meio de nota oficial divulgada, a ANP.

União pagou R\$ 300 mi em dívidas

O Tesouro Nacional pagou, em setembro, R\$ 310,7 milhões em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte, R\$ 226,1 milhões, é relativa a atrasos de pagamento do Rio de Janeiro. Também foram pagos R\$ 81,8 milhões de Minas Gerais e R\$ 2,83 milhões do Rio Grande do Norte. Os dados estão no Relatório de

Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, divulgado ontem pela Secretaria do Tesouro. As garantias são executadas pelo governo federal quando um estado ou município ficar inadimplente em alguma operação de crédito. Nesse caso, o Tesouro cobre o calote, mas retém repasses da União.

Veículo: Correio*

Data: 08/10/2020

Caderno: Economia

Correio*
O QUE A BAHIA QUER SABER

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

 jairo.junior@redebahia.com.br

 @satelite

●● Entrei na política porque é difícil e para dar o melhor de mim. Quem defende a verdade sente, todos os dias, a maldade e a covardia. Mas 'é no fogo alto que se forja o aço bom'

Alexandre Aleluia

Vereador da capital pelo DEM, em postagem cifrada publicada em seu perfil no Twitter, na qual cita trecho de uma conhecida canção usada nos treinamentos de militares da polícia e do Exército brasileiros

Tropa na manga

O comando político da campanha de Bruno Reis (DEM) aposta alto no grande batalhão de candidatos a vereador por partidos aliados ao democrata para tentar vencer a disputa pela prefeitura da capital no primeiro turno. Dos 1.573 concorrentes à Câmara de Salvador, 903 estão filiados a uma das 15 legendas que compõem a coligação majoritária encabeçada pelo DEM. O que equivale a 57% das candidaturas registradas no TSE. "Sem dúvida, esse contingente fará enorme diferença na briga direta por votos. Sobretudo, porque formamos um time com capilaridade em praticamente todos os redutos eleitorais. Do ponto de vista da articulação política, é nossa maior arma", destacou um importante membro do núcleo estratégico da campanha de Bruno Reis.

VALE O QUANTO PESA

O domínio numérico de candidatos a vereador ganha peso ainda maior diante das regras impostas pela pandemia. Com as restrições a eventos de rua, caberá a eles o corpo a corpo para os candidatos a prefeito em suas bases.

Ligação direta

Investigadores da Faroeste detectaram laços entre o indicado pelo presidente Jair Bolsonaro ao Supremo, desembargador Kássio Nunes Marques, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e a gênese do esquema de grilagem e venda de sentenças desbaratado pela operação. Quando era advogado, Marques se beneficiou de uma decisão milionária concedida pelo juiz José Ramos Dias Filho, do TJ do Piauí, em ação movida contra a Toyota por uma concessionária de veículos. Ramos Filho é o mesmo autor de sentenças que permitiram a grilagem de imóveis em diversas regiões da Bahia por investigados da Faroeste.

Ecoss do passado

Ramos Filho, que chegou a ser afastado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e aposentado compulsoriamente em 2017 por suspeita de favorecer ilegalmente Kássio Marques na ação envolvendo a Toyota, era conhecido nos corredores do Judiciário no Piauí também pelas relações próximas com o falso cônsul da Guiné-Bissau Adalton Maturino, principal alvo da Faroeste. Antes de montar o esquema de grilagem na Bahia, Maturino foi preso após tentar furto um processo administrativo-disciplinar movido contra Ramos Filho por corrupção.

Na surdina

O presidente da Assembleia, Nelson Leal (PP), se movimentou silenciosamente em busca de votos suficientes à aprovação da PEC que libera a reeleição na Casa. Com as atenções voltadas à sucessão, Leal começou a fazer contas e a identificar, junto a aliados próximos, quantos deputados da base e da oposição estariam inclinados a votar na proposta e a apoiá-lo no duelo com o PSD pelo cargo.

Erro de cálculo

Um dia antes de inaugurar a estátua de Gandhi no Comércio, o embaixador da Índia, Suresh Reddy, enfiou o pé no dendê ontem, em almoço na casa do vereador Henrique Carballal (PDT). Comeu caruru, vatapá e moqueca na boa. Só se deu mal com a pimenta, algo que conhece bem. No entanto, quis morder a fortíssima habanero chocolate e sentiu o golpe na hora.

BAHIA**BIBLIOTECA PÚBLICA
NA LIBERDADE É
REINAUGURADA**

CURUZU A Prefeitura reinaugurou ontem a Biblioteca Pública Denise Tavares, no bairro da Liberdade, em Salvador. Depois de seis meses de obras, o prédio, que fica na Rua Adelinho Santos, na região do Curuzu, está com um acervo de 31 mil livros, salas de consulta e de empréstimo, infocentros, brinquedoteca e sala multiuso para atividades da comunidade. O espaço tem também uma área dedicada à pesquisa para mestrandos e doutorandos, além de painéis e livros em braille. O investimento foi de R\$ 935 mil. Parte do recurso foi da Secretaria Municipal de Educação (Smed) e outra parte da Fundação Gregório de Mattos (FGM), responsável pela administração do espaço.

Veículo: Correio*	
Data: 08/10/2020	Caderno: Economia



LIQUIDA: PRÊMIOS SORTEADOS AMANHÃ

PROMOÇÃO Acontece amanhã, às 11h, na sede da FCDL Bahia, na Rua Carlos Gomes, 1063, Aflitos, Centro de Salvador, o sorteio de prêmios da 9ª edição da Liquida Bahia, maior ação promocional do Estado. A ação terá transmissão ao vivo pela página oficial da FCDL Bahia (fcdlba.com.br). Neste ano, o consumidor concorre a um Ford EcoSport 0 km, e a 25 vale-compras no valor de R\$ 1 mil cada um. Vendedores também serão premiados.

INVESTIMENTOS

54,5B

de reais é a expectativa de novos investimentos na Bahia nos próximos anos. O número é baseado em protocolos de intenções assinados entre empresas e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado nos últimos 5 anos.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Não há um único dia em que investidores e empresários deixem de falar sobre a ampliação do Bolsa Família. O vazamento de ideias é constante e varia conforme a fonte do governo. Se vem da equipe econômica, a sinalização é de que não haverá aumento de gastos. Se vem de ministros ligados à articulação política, prega-se que uma solução será encontrada. Ontem, ao mesmo tempo em que o ministro Paulo Guedes negou a hipótese de prorrogação do auxílio no ano que vem, houve quem defendesse um mecanismo para acionar o orçamento de guerra, o que facilitaria o aumento dos gastos. Limitar subsídios esbarra na independência orçamentária dos poderes.

Em sua carta mensal enviada a clientes, o Verde Asset, do economista Luis Stuhlberger, comparou a atuação do governo na pandemia entre 20 países emergentes. O Brasil, apesar de ser o mais endividado (85%), foi o que mais gastou como proporção do PIB (9%). "Os únicos países emergentes que gastaram parecido com o Brasil são Peru e Chile, ambos com grau de investimento e dívida pública antes da pandemia próximas a 25% do

PIB, com muita margem de manobra." O Brasil está dois graus abaixo do nível de investimento e no mercado já há preocupações de que um novo rebaixamento possa acontecer no final do ano.

Se o objetivo do presidente é transferir recursos aos mais pobres para manter a sua popularidade, o tiro pode sair pela culatra. O presidente da Abit, Fernando Pimentel, que representa a indústria têxtil, também está preocupado com o fim do auxílio no final do ano, o que pode afetar o consumo e a recuperação do setor. Mas ele lembra que, mesmo que o Bolsa Família dobre de tamanho, nem de longe terá o mesmo impacto do auxílio

emergencial.

— O auxílio emergencial custa R\$ 50 bilhões por mês. O Bolsa Família é R\$ 2,5 bi mensal. Mesmo que o governo consiga dobrar o programa para R\$ 5 bi, o efeito sobre o consumo será muito mais limitado do que a ajuda que foi dada na pandemia — afirmou.

A ideia de liberar recursos limitando de fato o teto do funcionalismo parece boa, mas enfrenta problema técnico. Segundo o relator da reforma administrativa na Câmara, deputado Tiago Mitraud (Novo-MG), os orçamentos dos poderes são independentes e o que pertence ao Judiciário não poderá ser transferido para um programa

social do executivo. "Ainda mais quando for recurso de estados e municípios", explicou. O balanço de ensaio parece que furou novamente.

CAUTELA AUTOMOTIVA

A Anfavea, que representa as montadoras de veículos, revisou de -45% para -35% a estimativa de queda da produção este ano. O clima ainda é de cautela. Se em setembro houve crescimento de 4,4% sobre agosto, em relação ao mesmo mês do ano passado foram produzidos 11% menos veículos. Olhando para frente, o presidente da entidade, Luiz Carlos Moraes, explica que ainda permanece um cenário de incerteza: "Não dá para desconside-

rar que a taxa de desemprego está em 13,8%, que a taxa de juros aos consumidores está em 19%, que estamos tendo aumento de custos acima do esperado, com aço, dólar, IGP-M. Estamos mais cautelosos por enquanto", explicou.

AJUDA COM OS VETOS

O sucesso no leilão de saneamento em Alagoas, na semana passada, pode ajudar o governo a manter os vetos feitos pelo presidente Jair Bolsonaro no novo marco regulatório. Bolsonaro vetou a prorrogação de contratos das empresas estaduais, quebrando acordo feito no Senado, mas o resultado do leilão pode fazer com que os senadores insatisfeitos mudem de ideia, segundo o presidente do Trata Brasil, Edison Carlos. "Foram R\$ 2 bilhões de outorga, valor muito acima do esperado. Os governadores vão ver o potencial de dinheiro entrando no caixa. O novo marco já está tendo efeito sobre os leilões, e isso pode estimular os senadores a deixarem tudo como está, sem mexer nos vetos", disse.

**POR ALVARO GRIBEL
(A COLUNISTA ESTÁ DE FÉRIAS)**

ECONOMIA

Brasil ganha 252 mil novas empresas só em setembro

RETOMADA O Mapa de Empresas, do Ministério da Economia, indica que em setembro, a diferença entre empresas abertas e fechadas ficou positivo em 252.840. Para o ministério, o dado indica para a retomada da economia do país. Em 31 de agosto, havia 19.289.824 empresas ativas em todo o Brasil. Em 30 de setembro, o número aumentou para 19.542.664. As atividades econômicas de

Cada empresa levou em média 2 dias e 2 horas para ser criada, diz Ministério da Economia

maior destaque na criação de empresas no mês passado foram: cabeleireiros, manicure e pedicure; comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios; comércio varejista de bebidas; restaurantes e similares.

Cada empresa levou em média 2 dias e 21 horas para ser aberta em setembro, o mesmo tempo registrado em agosto. Do total de empresas criadas no mês passado, 32,8% demorou menos de um dia para abrir.

A Estratégia de Governo Digital prevê a redução do tempo médio de abertura de empresas no país para apenas um dia até o fim de 2022.

Em 21 meses, o intervalo caiu quase à metade. Em janeiro do ano passado, cada empresa levava, em média, 5 dias e 19 horas para abrir.

Segundo a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, a modernização das Juntas Comerciais e a ampliação da oferta de serviços no portal gov.br contribuíram para a redução do tempo médio de abertura de empresas. Medidas que entraram em vigor com a Lei de Liberdade Econômica, como o registro automático de empresas, também foram decisivas para o órgão.

BILIONÁRIOS FICARAM MAIS RICOS DURANTE PANDEMIA

PESQUISA Os bilionários ficaram ainda mais ricos durante a pandemia de covid-19 segundo estudo divulgado ontem pelo banco suíço UBS e pela empresa de consultoria PwC. Pela primeira vez na história, a soma das riquezas dos bilionários ultrapassou a marca dos US\$ 10 trilhões. De acordo com o levantamento, a riqueza dos bilionários atingiu em julho o valor recorde de US\$ 10,2 trilhões, ante US\$ 8 trilhões no início de abril, ultrapassando o pico anterior de US\$ 8,9 trilhões, visto em 2017.

União paga R\$ 310,7 milhões de dívidas de estados

EM SETEMBRO O Tesouro Nacional pagou, em setembro, R\$ 310,7 milhões em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte, R\$ 226,1 milhões, é relativa a atrasos de pagamento do estado do Rio de Janeiro. Também foram pagos R\$ 81,8 milhões de Minas Gerais e R\$ 2,83 milhões do Rio

Grande do Norte.

Os dados estão no Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, divulgado ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional. As garantias são executadas pelo governo federal quando um estado ou município fica inadimplente em alguma operação de crédito.

Nesse caso, o Tesouro cobre o calote, mas retém repasses da União para o ente devedor até que a dívida seja quitada.

Nos nove primeiros meses do ano, a União quitou R\$ 6,57 bilhões de dívidas em atraso de entes subnacionais. A maior parte de Minas Gerais, R\$ 2,39 bilhões.

SAÍDA DE DÓLARES

18,66BI

de dólares é o saldo negativo do fluxo cambial brasileiro até 2/10. Quase US\$ 4,5 bi a mais que no mesmo período de 2019.

Tribuna

SALVADOR, TERÇA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2018 ANO XLVIII-N15436
CAPITAL R\$2,00

www.tribunadebahia.com.br

da Bahia

Produção mineral na Bahia tem boas perspectivas

CLEUSA DUARTE
REPORTER

A perspectiva de crescimento da produção mineral na Bahia é enorme e isso pode ser observado no preço das principais commodities, que estão se valorizando. Exemplo disso são o ouro e ferro, que tornam a produção cada vez mais atrativa. Desde o ano passado, a Bahia tem anunciado importantes projetos, a exemplo da reativação da mina de ouro de Santaluz pela Equinox Gold, com capacidade de produção de 100 mil oz/ano e investimentos da ordem de R\$ 400 milhões, além da retomada da produção de níquel em Itagibá, que já anunciou nova fase de expansão com perspectiva de aumento de produção de 20 mil para 45 mil t/ano, e investimentos de R\$ 1,8 bilhão para os próximos 5 anos.

Também foi anunciada a expansão da planta da Yamana Gold de 175 mil para 230 mil oz/ano, totalizando cerca de R\$ 300 milhões em investimentos. A Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) está estudando novas áreas e, dentre os projetos mais avançados, que deverão ser licitados até 2021, podem ser destacados o de Níquel-Cobre-Cobalto de Caboclo dos Mangueiros, na região de Campo Alegre de Lourdes, o prospecto de Ouro de Umburanas, próximo à Brumado, o de Grafita de Ipirá, das Esmeraldas de Camaliba de Cima, na região de Campo Formoso, além de prospectos de calcário corretivo em Coribe, e Calcário Industrial e Corretivo em Jacobina.

A produção da Bahia é bastante diversificada, com cerca de 45 bens minerais, e entre seus destaques há a produção de ouro (Jacobina e Barrocas), cobre (Cu-

raçá, Juazeiro e Jaguarari), níquel (Itagibá), cromo (Andorinha e Santaluz), vanádio (Maracás), magnetita e talco (Brumado) e água mineral (Alagoinhas). Grande parte desses municípios também produz agregados para construção civil e rochas ornamentais. A Bahia também merece destaque por ser única produtora nacional de urânio, vanádio e mármore travertino (Bege Bahia), além de única produtora mundial de granito azul (Azul Bahia, Azul Macaúbas e Azul Boquira).

Os principais bens minerais exportados são ouro, pentóxido de vanádio, cromita, magnetita, cobre, níquel, diamante, talco e rochas ornamentais. Existem vários países importadores, mas os principais destinos são Suíça, China, Holanda, Canadá e Estados Unidos.

A exportação mineral implica na arrecadação da Contribuição Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) sendo que 10% do valor de sua arrecadação é destinada à União, 15% ao estado, 60% ao município produtor e 15% aos municípios impactados pela produção mineral dentro e/ou fora do estado (atravessados por ferrovias e minerodutos e/ou que detêm instalações portuárias com operações de embarque e desembarque de minerais, além das unidades territoriais em que se localizam pilhas de estéril, barragens de rejeitos e instalações de beneficiamento). No ano de 2019 a arrecadação total da CFEM foi de aproximadamente R\$ 58 milhões, contra os R\$ 53 milhões do ano anterior.

Com relação ao ICMS, segundo declaração dos mineradores quando do pagamento da CFEM, em 2019 a arrecadação estimada foi de R\$ 147 milhões, 26% maior do que em 2018, que foi de R\$ 118 milhões.

Os investimentos em mineração na Bahia depen-

dem, sobretudo, das cotizações internacionais, do crescimento da economia de outros países, principalmente da China, de modo que a atuação do Estado se concentra na área de logística e atração de investimentos de capital privado. Hoje, a atenção do Governo baiano está voltada para desenvolver infraestrutura de portos e ferrovias, a exemplo da construção do Porto Sul em Ilhéus, e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL).

O primeiro trecho da FIOL, que ligará Ilhéus a Caetité, já está próximo de sua conclusão (75%), e em fase de análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU), uma das últimas etapas antes do processo de licitação. A expectativa é de que o trecho dois esteja pronto para licitação nos próximos dois anos. Outros potenciais são o Estaleiro Enseada e o Porto de Aratu para embarque de minérios, estudando alternativas para aumento de sua capacidade, bem como sinergia com a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA). Além disso, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), informa que sempre está em contato com as mineradoras para identificar dificuldades e promover soluções cabíveis.

De acordo com a Agência Nacional de Mineração (ANM), a Bahia é o 4º maior produtor nacional em valor da produção, atrás apenas dos estados do Pará, Minas Gerais e Goiás. Atualmente, a Bahia é o maior produtor nacional de barita, bentonita, cromo, diamante, magnetita, quartzo, salgema e talco, além do 2º maior de níquel e 3º maior de cobre e rochas ornamentais.

A Produção Mineral Baiana Comercializada (PMBC) do mês de agosto foi de R\$ 563 milhões. É interessante ressaltar que no período de janeiro a agosto desse ano a PMBC acumulada foi



Foto: Ministério da Infraestrutura

LOGÍSTICA

Hoje, a atenção do governo baiano está voltada para a Ferrovia Oeste/Leste

de R\$ 3,5 bilhões, cerca de 51% maior do que a PMBD do mesmo período do ano anterior, que foi da ordem de R\$ 2,3 bilhões.

"De vagão à locomotiva do desenvolvimento econômico do país. E o que a Bahia tem se tomado, graças à solidez, investimentos públicos responsáveis e ambiente de negócios segu-

ro que o Estado tem oferecido aos investidores. E o setor de Mineração é um dos responsáveis por esse progresso. A Bahia está no caminho certo. A arrecadação de ICMS e CFEM beneficiam o Estado, os municípios onde ocorrem as extrações e os impactados por esta atividade, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL)

será, sem dúvidas, um grande propulsor para esta locomotiva. Líder nacional na produção de 11 bens minerais, a entrada em operação da FIOL poderá facilitar de forma estratégica o escoamento da produção baiana", comenta o vice-governador João Leão, também secretário de Desenvolvimento Econômico.

A quem interessa que a Fiol não saia do papel?

Apesar de tudo parecer bem, o presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral, Antonio Carlos Tramm, acredita que alguém, ou algum fator impede o crescimento da FIOL e lança a dúvida "a quem interessa que a FIOL não saia?"

De acordo com Tramm, "o Tribunal de Contas da União (TCU) vem atrasando o caminho do desenvolvimento da Bahia por não se definir pelo processo de licitação das obras da Ferrovia de In-

tegração Oeste Leste (FIOL). A última novidade é de que querem afastar possibilidade de monopólio no setor. O ministro Aroldo Cedraz é baiano e, relator do processo, precisa olhar pelo Estado. A FIOL vai transportar mineiros de ferro e cruzará 40 municípios do estado da Bahia para desembocar no Porto Sul."

Antônio Carlos Tramm disse, ainda, que a partir da sua integração a ferrovia ficara cada vez mais forte, uma vez que outras

empresas além da Bamin (a principal investidora) vão abrir suas jazidas e desfrutar da logística. "O cálculo que hoje se faz, em dois anos de atividades, é que a FIOL vai transportar 20 bilhões de toneladas de minérios de ferro. E, no momento em que houver a certeza da licitação liberada pelo TCU e também do Porto Sul, os demais empresários vão se habilitar para fazer a abertura de suas jazidas minerais". "Medida Oz = onça



Imbróglio

A Heineken no Brasil perdeu o direito de exploração da água que abastece sua fábrica em Alagoinhas, na Bahia, podendo levar ao encerramento das operações. O empresário baiano Maurício Britto Marcellino da Silva conseguiu na Justiça uma vitória sobre a Agência Nacional de Mineração após 26 anos. Nas últimas semanas, administradores da Holanda e do Brasil tentam buscar uma solução. Para os empresários, importar água de outro lugar seria inviável, porque o produto pioraria e a operação ficaria cara.

Guedes nega que auxílio será prorrogado até junho

ADRIANA FERNANDES E
JUSSARA SOARES, O ESTADO
DE S. PAULO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem, que é "zero" a possibilidade de prorrogação do auxílio emergencial para 2021. "Não haverá prorrogação do auxílio até junho de 2021. Não existe articulação para isso", afirmou a jornalista.

Segundo ele, o benefício a 67,7 milhões de desempregados, informais e beneficiários do Bolsa Família acaba em dezembro deste ano, sem possibilidade ser prorrogado. Guedes chamou de descabidas informações sobre uma possível extensão da ajuda.

Mais cedo, o índice Ibovespa, da B3, a Bolsa pau-

lista, descolou de Bolsas internacionais e passou a cair por causa de informações de que o governo estava pensando prorrogar o benefício. Os juros futuros também bateram máxima. Depois do desmentido de Guedes, o Ibovespa virou e passou a subir.

O auxílio emergencial foi criado originalmente para durar três meses (tendo como base os meses de abril, maio e junho). Depois, o governo prorrogou por duas parcelas (julho e agosto) por meio de um decreto. Para essas prestações, cada parcela foi de R\$ 600. Depois, em mais uma prorrogação, até dezembro, o benefício foi reduzido para R\$ 300. Ao todo, o pagamento de todas as parcelas do auxílio emergencial está estimado em R\$ 321,8 bilhões neste ano.



MINISTRO

Guedes negou boatos que derrubaram a Bovespa



PACTO FEDERATIVO

Governo negocia com Congresso o orçamento

ADRIANA FERNANDES, IDIANA TOMAZELLI E DANIEL WETERMAN, O ESTADO DE S.PAULO

O governo quer incorporar dispositivos do chamado "orçamento de guerra" no texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do pacto federativo para regulamentar regras fiscais em casos de calamidade. A medida abriria uma brecha para o aumento de gastos em 2021 com a justificativa, por exemplo, de combate à covid-19, no caso de uma nova onda da pandemia. O texto definiria as situações em que esse recurso poderia ser usado pela equipe econômica.

O tema está sendo discutido com lideranças do Congresso e foi comentado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em entrevista a jornalistas após participar de um jantar na segunda-feira com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, do DEM.

Segundo apurou o Es-

tadão, há uma preocupação da ala política com as restrições impostas por regras fiscais, como a regra de ouro (que impede a emissão de dívida para pagar despesas correntes, como custeio, salários e benefícios sociais) e outras amarras, no caso de a pandemia se agravar novamente.

Por mais restrito que esteja, o teto que gastos (mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação) tem válvulas de escape para situações excepcionais e permite despesas fora do limite por meio de créditos extraordinários. Mas o temor é que as demais normas fiscais, anuladas em 2020 com o orçamento de guerra, voltem a ser um obstáculo às ações de enfrentamento à doença.

Sem as medidas do orçamento de guerra, o governo precisaria compensar eventuais isenções de tributos para importação de medicamentos ou teria dificuldade em encontrar fontes de receitas para gastos ex-

tras com saúde, já que as contas são deficitárias e qualquer despesa imprevista tem sido bancada com dívida.

O atual orçamento de guerra se encerra em 31 de dezembro de 2020, com o fim do estado de calamidade decretado pelo Congresso Nacional.

"Nós já depositamos lá (o pacto federativo) e agora o senador Marcio Bittar (relator) está fazendo uma versão atualizada, inclusive com cláusulas que vão incorporar as sugestões da PEC (do orçamento) de guerra, que foi criada também pelo presidente da Câmara junto com nosso ministro do TCU que promoveu esse jantar de reconciliação", disse Guedes, em referência ao ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas, que abriu sua residência em Brasília para o jantar.

Segundo apurou o Estadão, a medida também foi comentada em reuniões da equipe econômica com a missão do Fundo Monetário

Internacional (FMI) que está no Brasil. Os emissários do organismo multilateral questionaram os brasileiros sobre a estratégia para o caso de uma segunda onda.

'Estabilizar'

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), disse ao Estadão/Broadcast que a intenção é "estabilizar todas as medidas" que o governo poderá adotar se a doença voltar a recrudescer, como já vem ocorrendo em países da Europa.

"Se tiver uma segunda onda, vamos criar já critérios permanentes para o enfrentamento de questões orçamentárias em caso de calamidade", disse o senador. "O Brasil se saiu melhor na crise do que se imaginou. Mas o tamanho da crise continua muito grande."

Na sexta-feira passada, Guedes já tinha garantido que o governo estaria preparado para reforçar os gastos em caso de uma segunda onda da covid-19.



Campos Neto: é preciso organizar a narrativa sobre a disciplina fiscal

MARINA BARBOSA, CORREIO BRASILIENSE

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse que o Brasil precisa "organizar a narrativa" em relação à disciplina fiscal e ao teto de gastos para voltar a crescer de forma sustentável. Para ele, novas despesas extras podem até visar o crescimento de curto prazo, mas afetam a credibilidade brasileira no exterior e, por isso, podem afastar ainda mais os investimentos estrangeiros, prejudicando o crescimento de médio prazo.

Roberto Campos Neto tem defendido a disciplina fiscal e o teto de gastos de forma enfática. No governo e no Congresso, contudo, segue o impasse em torno do Renda Cidadã — programa social que deveria substituir o auxílio emergencial a partir do próximo ano, mas ainda não tem uma fonte de financiamento definida e ameaça o teto de gastos, segundo analistas. Por isso,

o presidente do BC reforçou o discurso fiscalista nesta quarta-feira (7/10), em entrevista à Rádio Jovem Pan.

"Às vezes, a gente fica com o conceito de que vou gastar um pouco aqui, vou ter um gasto aqui, porque esse gasto vai criar um efeito benéfico na população e esse dinheiro vai se reverter em crescimento, em gasto, em coisa desse tipo. Mas, se esse gasto gerar uma grande instabilidade em termos de credibilidade, o custo dele, em termos de credibilidade, que vai inibir o crescimento futuro, é muito maior que o benefício que ele gera pelo gasto em si", avaliou Campos Neto.

Ele prosseguiu: "Não tem mágica. Quando tem uma situação fiscal mais frágil, o gasto que você pensa que vai beneficiar o curto prazo pode ser um elemento inibidor do crescimento de médio prazo, que é o que importa para o país". Por isso, disse que é preciso aparar as arestas

em relação ao fiscal e mostrar credibilidade aos investidores estrangeiros. "Nós temos vários fatores positivos. Precisamos só organizar a narrativa para gerar credibilidade, para que os investimentos venham ao Brasil", emendou.

Segundo Campos Neto, há um conjunto de investidores estrangeiros que enxerga um mercado potencial no Brasil e pensa em investir no país. Dados do BC mostram, contudo, que os investimentos externos despencaram 85,5% entre agosto de 2019 e agosto de 2020. O chefe da autoridade monetária explicou que o baque é fruto da desconfiância em relação à condução da política fiscal após a pandemia da covid-19. "Nossa melhora de credibilidade, melhora de percepção em relação aos investidores estrangeiros está muito ligada, hoje, ao fiscal. O Brasil precisa mostrar que tem uma disciplina fiscal, que vai procurar uma convergência fiscal", avaliou.



DESEMPENHO

Número de empresas em funcionamento cresce em 252,8 mil no espaço de um mês

WELLTON MÁXIMO – REPÓRTER DA AGÊNCIA BRASIL - BRASÍLIA

A retomada da economia está se refletindo no aumento do número de empresas em funcionamento. Segundo o Mapa de Empresas do Ministério da Economia, em setembro foram abertos 252.840 negócios a mais do que foram fechados.

Em 31 de agosto, havia 19.289.824 empresas ativas no país. Em 30 de setembro, o número aumentou para 19.542.664.

As atividades econômicas de maior destaque na criação de empresas em setembro foram: cabeleireiros, manicure e pedicure; comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios; comércio varejista de bebidas; restaurantes e similares.

Cada empresa levou em média 2 dias e 21 horas para ser aberta em setembro, o mesmo tempo registrado em agosto. Do total de empresas criadas no mês passado, 32,8% demorou menos de um dia para abrir.

A Estratégia de Gover-

no Digital prevê a redução do tempo médio de abertura de empresas no país para apenas um dia até o fim de 2022. Em 21 meses, o intervalo caiu quase à metade. Em janeiro do ano passado, cada empresa levava, em média, 5 dias e 19 horas para ser aberta.

Segundo a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, a modernização das Juntas Comerciais é a ampliação da oferta de serviços no portal gov.br

Tribuna

SALVADOR, TERÇA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2018 ANO XLVIII-N 15436
CAPITAL R\$2,00

www.tribunadebahia.com.br

da Bahia

Alta no dólar faz preço do carro novo subir 0,29% no Brasil

POLIANA ANTUNES
REPORTER

A retomada da indústria automotiva já tem causado reflexos nos preços dos carros novos e seminovos no país.

Segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabve), embora o volume nas vendas esteja menor que no ano passado, a lenta procura dos consumidores e a alta do dólar, já estão causando um reajuste de 0,29% nos preços dos modelos novos, o que implica em um encarecimento também dos seminovos.

No mesmo mês do ano passado, os veículos zero registraram uma queda de 0,27% no preço. Já os zero quilômetro com modelo 2019 subiram 0,66%, e os 2018 0,45%. "Esses veícu-

los de modelo anterior a 2020 são opções de novos que não foram vendidos no ano de lançamento e que, por estarem no pátio das concessionárias há mais tempo, costumam ter desconto no valor de venda", lembrou.

A Federação explica que os veículos com fabricação nacional têm grande parte de seus componentes importados, um carro de entrada, por exemplo, chega a ter 40% de suas peças trazidas de fora do país. "Desse modo, a alta do dólar tem sido um dos principais reflexos do surto do novo coronavírus no Brasil. A moeda, que era vendida a R\$ 4,05 no dia 3 de janeiro deste ano, passou a ser negociada a R\$ 5,85 na última semana", frisou.

Em relação aos dados divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de

Veículos Automotores (Anfavea), em 2019 a indústria automotiva brasileira importou o equivalente a US\$ 13,2 bilhões. "Para se ter uma noção do impacto que a variação cambial implica, este valor em maio do ano passado, quando US\$ 1 valia aproximadamente R\$ 3,97, correspondia a mais ou menos R\$ 52,4 bilhões", destacou.

PROJEÇÃO

Os dados da Anfavea mostra, ainda, que em setembro deste ano foi seu melhor mês do ano, mas as projeções apontam cenário incerto, com quedas superiores a 30%, após os sucessivos recordes negativos do segundo trimestre, altamente impactado pela pandemia do novo coronavírus. "Faltando três meses para o encerramento, a entidade fez suas projeções para



Foto: Romildo de Jesus

ZERO

Até veículos nacionais têm, como boa parte de seus componentes, peças importadas

2020, indicando um cenário menos pior do que aquele apresentado na metade do ano, no auge da quarentena e da imprevisibilidade, quando se previam quedas de 40% ou mais", disse.

Segundo o órgão, a produção estimada para o fim do ano é de 1,915 milhão de unidades, queda de 35% sobre 2019 e pior ano desde 2003. A expectativa da Anfavea para o mercado interno de autoveículos novos

(automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus) é de 1,925 milhão de unidades licenciadas no ano, queda de 31% e pior resultado desde 2005. Nas exportações, estima-se o envio total de 284 mil unidades, 34% a menos que no ano anterior, pior volume desde 1999.

Já para o setor de máquinas agrícolas e rodoviárias, as projeções são um pouco melhores, com crescimento de 5% nas vendas,

mas quedas de 4% na produção e de 31% nas exportações. "Não deixa de ser um alívio diante do quadro que vislumbrávamos no começo da pandemia, e creditamos isso sobretudo à gigantesca injeção de dinheiro feita pelo governo federal por meio do auxílio emergencial, que fez a economia girar de forma mais rápida do que o esperado", explica o Presidente da Anfavea, Luiz Carlos Moraes.

Veículo: Metro1	Economia E Mercado
Data: 07/10/20	



Economia E Mercado

União pagou R\$ 310,7 milhões de dívidas de estados em setembro



07 de Outubro de 2020 às 16:34 Por: Marcello Casal Jr./Agência Brasil Por: Agência Brasil

O Tesouro Nacional pagou, em setembro, R\$ 310,7 milhões em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte, R\$ 226,1 milhões, é relativa a atrasos de pagamento do estado do Rio de Janeiro. Também foram pagos R\$ 81,8 milhões de Minas Gerais e R\$ 2,83 milhões do Rio Grande do Norte.

Os dados estão no Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, divulgado hoje (7) pela Secretaria do Tesouro Nacional. As garantias são executadas pelo governo federal quando um estado ou município ficar inadimplente em alguma operação de crédito. Nesse caso, o Tesouro cobre o calote, mas retém repasses da União para o ente devedor até quitar a diferença, cobrando multa e juros.

Nos nove primeiros meses do ano, a União quitou R\$ 6,57 bilhões de dívidas em atraso de entes subnacionais. Desse total, R\$ 2,39 bilhões couberam a Minas Gerais, R\$ 2,389 bilhões ao estado do Rio, R\$ 553,2 milhões a Goiás, R\$ 354,9 milhões a Pernambuco e R\$ 280,16 milhões ao Maranhão.

Pandemia

Com a deterioração fiscal decorrente da pandemia do novo coronavírus, o número de estados com dívidas em atraso cobertas pelo Tesouro aumentou. No fim de 2019, apenas Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Norte e Amapá tinham problemas de inadimplência. Nos nove primeiros meses deste ano, além desses estados, Mato Grosso, Roraima, Piauí, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Paraíba, São Paulo, Tocantins e Maranhão tiveram garantias honradas pela União.

Em relação aos municípios, o Tesouro cobriu R\$ 30,95 milhões de dívidas em atraso de sete prefeituras ao longo de 2020. No ano passado, a União honrou garantias apenas de débitos das prefeituras de Belford Roxo (RJ) e de Cachoeirinha (RS). Em 2020, o Tesouro teve de honrar dívidas desses dois municípios e das prefeituras de Natal (RN), Chapecó (SC), Novo Hamburgo (RS), Goiânia (GO) e Rio Grande (RS).

As garantias honradas pelo Tesouro são descontadas dos repasses da União aos entes federados – como receitas dos fundos de participação e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dentre outros. Sobre as obrigações em atraso incidem juros, mora e outros custos operacionais referentes ao período entre o vencimento da dívida e a efetiva honra dos valores pela União.

Decisões judiciais

Nos últimos dois anos, decisões do Supremo Tribunal Federal impediram a execução das contragarantias de vários estados em dificuldade financeira. Com a adesão do estado do Rio de Janeiro ao pacote de recuperação fiscal, no fim de 2017, o estado pôde contratar novas operações de crédito com garantia da União, mesmo estando inadimplente. Algumas contragarantias de Minas Gerais também não estão sendo executadas por causa de liminares concedidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Recentemente, o STF concedeu liminar para suspender a execução de garantias em diversos estados. O pacote de socorro aos estados e aos municípios afetados pela pandemia do novo coronavírus suspendeu o pagamento de dívidas dos governos locais com a União no total de R\$ 35,35 bilhões até dezembro e permitiu a renegociação de débitos de prefeituras e de governos estaduais com bancos públicos e organismos internacionais no total de R\$ 24,71 bilhões. No entanto, a lei só foi sancionada no fim de maio, o que pressionou o Tesouro a honrar as garantias dos entes locais nesse período.

O Tesouro continuará a honrar as garantias de uma dívida enquanto a revisão do contrato que suspende o débito não for assinada. Segundo o órgão, a lei complementar que instituiu a ajuda aos governos locais não suspendeu

automaticamente as dívidas, apenas criou um trâmite mais simplificado de renegociação, que depende da aceitação do credor.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 08/10/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 08 de Outubro de 2020 - 00:00

Prometido para Covid, Hospital Metropolitano só deve abrir em fevereiro de 2021

por Fernando Duarte / Jade Coelho



Prometido para ser inaugurado em maio deste ano e receber pacientes com a Covid-19 em meio à pandemia, o Hospital Metropolitano, em Lauro de Freitas, só deve iniciar atendimentos no mês de fevereiro de 2021. A informação foi revelada ao Bahia Notícias por fontes ligadas ao Executivo baiano.

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), informou nesta quarta-feira (7) que a unidade está pronta, mas a abertura depende de um processo de licitação para eleger a empresa para gerir a unidade, que vai funcionar em um regime de Parceria Público Privada (PPP). O petista fez a declaração durante a entrega da reforma e ampliação do Hospital Dilton Bispo Santana, em Dias Ávila.

Conforme interlocutores da gestão, a licitação deve ocorrer em dezembro, e assunção em fevereiro.

No mês de março, quando a Bahia registrou os primeiros casos da Covid-19, o governo reconheceu a possibilidade de antecipar a inauguração do Hospital Metropolitano para auxiliar no aumento da demanda de leitos hospitalares em razão da crise sanitária causada pelo novo coronavírus. Na época, a unidade tinha 97% do projeto executado e estava prevista para ser inaugurada no mês de junho ([lembre aqui](#)). A informação era de que as obras civis estavam concluídas, mas equipamentos considerados essenciais para o funcionamento da unidade hospitalar ainda precisavam ser entregues por fornecedores.

A antecipação não ocorreu. Assim como a previsão inicial de inauguração não foi efetivada pela Secretaria da Saúde do Estado (Sesab).

A promessa era de que, quando concluído, o Hospital Metropolitano ofertaria 191 leitos clínicos dedicados ao coronavírus. Em abril, o governo da Bahia divulgou a informação,

através de matéria publicada no portal da Sesab, de que a previsão de inauguração era em maio (leia [aqui](#) e [aqui](#)). Na ocasião, a expectativa era de que, com a ativação da unidade de saúde, Lauro de Freitas se tornasse o segundo município com mais leitos, totalizando 301 vagas, sendo 91 UTIs. Feira de Santana seria o terceiro com o maior número de leitos para coronavírus.

A Bahia atingiu o ponto mais crítico da pandemia no mês de julho, quando as taxas de ocupação de leitos Covid-19 atingiram os maiores índices. Em relação às Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs), destinados aos casos mais graves da doença, a ocupação chegou aos 81%. Entre os leitos clínicos o índice mais alto foi de 66%.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 07/10/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 07 de Outubro de 2020 - 21:20

Pandemia pode levar 115 milhões de pessoas à miséria neste ano, estima Banco Mundial

O Banco Mundial estima que entre 88 milhões e 115 milhões de pessoas pode ser levados à miséria neste ano. A instituição atribui o crescimento da pobreza extrema à pandemia da Covid-19 e o impacto da crise sanitária nas economias de todo o mundo. De acordo com o Banco, o fenômeno ocorre pela primeira vez em 20 anos. A informação foi publicada em reportagem da Folha de S. Paulo, com base em um relatório divulgado nesta quarta-feira (7).

O relatório ainda alerta que existe a possibilidade do número chegar a 150 milhões em 2021, dependendo da gravidade da retração econômica.

São considerados extremamente pobres pelo Banco Mundial pessoas com renda inferior a US\$ 1,90 por dia (R\$ 10,64, ao câmbio atual), explica a matéria da Folha. Considerando isso, a estimativa é de que a pobreza extrema afete entre 9,1% e 9,4% da população mundial.

"A pandemia e a recessão global podem levar mais de 1,4% da população mundial para a pobreza extrema", destaca o presidente do grupo Banco Mundial, David Malpass, em comunicado. "Para reverter esse sério contratempo aos avanços no desenvolvimento e à redução da pobreza, os países precisam se preparar para uma economia diferente pós-Covid", disse.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 07/10/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 07 de Outubro de 2020 - 15:20

Dias D'Ávila: Hospital municipal recebe equipamentos para centro cirúrgico



O novo centro cirúrgico do Hospital Municipal de Dias D'Ávila, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), foi entregue nesta quarta-feira (7). Segundo o governo do estado, foram destinados mais de R\$ 240 mil para a compra de novos equipamentos, como aparelho de anestesia, carros para transporte de materiais e de curativos e aspiradores cirúrgicos.

"São equipamentos modernos, e com certeza uma equipe motivada pra atender não só a população de Dias D'Ávila, mas toda região. É muito importante ter novos equipamentos, porque além de melhorar a realização dos procedimentos, tendo um hospital esteticamente bonito ajuda a elevar a autoestima tanto dos profissionais que vão trabalhar aqui quanto dos pacientes e todos que vão utilizar o serviço público", disse o governador Rui Costa que visitou a unidade.

Atualmente, o hospital tem 78 leitos dedicados, na totalidade, ao Sistema Único de Saúde (SUS) e distribuídos nas especialidades: Cirúrgico (10), Clínico (52), Obstétrico (10), Pediatria (6). O Hospital Municipal Dilton Bispo de Santana fica situado na Rua Deputado Clodoaldo Campos, no bairro Cristo Rei.

Veículo: Metro1	Economia
Data: 07/10/20	



Economia

'Brasil precisa mostrar que tem disciplina fiscal', diz Presidente do Banco Central ao defender teto de gastos

Fala do presidente do Banco Central acontece em meio às discussões de como financiar o Renda Cidadã



Foto : Antonio Cruz/Agência Brasil

Por **Luciana Freire** no dia 07 de Outubro de 2020 · 20:30

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, defendeu hoje (7) que o teto de gastos foi essencial para que o país pudesse fazer as despesas extraordinárias da pandemia. Para ele, a regra fiscal permitiu que o Brasil

continuasse com a credibilidade junto a investidores porque havia o compromisso de voltar a gastar menos assim que a pandemia acabasse.

"O teto foi exatamente a âncora que permitiu o país a gastar mais para enfrentar o desafio da pandemia porque depois os agentes entendiam que iam retornar o teto. Quando você começa a ter uma dúvida se de fato vai retornar ou não, você não só corre o risco do não retorno, mas de precificar uma trajetória de dívida com uma estabilidade que é questionável", diz Campos Neto em entrevista para a rádio Jovem Pan.

A fala do presidente do Banco Central acontece em meio às discussões de como financiar o Renda Cidadã, projeto do governo de renda básica.



Baixe o app da Folha de S.Paulo de graça [\(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt-BR\)](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt-BR)

BAIXAR

FOLHA DE S.PAULO



Solange Srour (/colunas/solange-srour/)



SELIC ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/SELIC](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/selic))

COPOM ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/COPOM](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/copom))

INFLAÇÃO ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/INFLACAO](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/inflacao))

A segunda onda da dominância fiscal

Por que o BC está preocupado com a manutenção do regime?

7.out.2020 às 23h15

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/10/08/>)

Na semana passada, o presidente do BC, Roberto Campos Neto

[\(https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/banco-central-diz-que-pode-elevar-juros-se-renda-cidada-furar-teto.shtml\)](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/banco-central-diz-que-pode-elevar-juros-se-renda-cidada-furar-teto.shtml), disse que, se o teto de gastos for rompido ou se for adotada alguma fórmula de contabilidade criativa para pagar o Renda Cidadã, o “forward guidance” (prescrição futura) para a Selic será suspenso.

O BC se compromete a manter os juros enquanto as expectativas e suas projeções de inflação (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/brasileiro-e-dos-que-mais-sentem-a-inflacao-da-covid-aponta-estudo.shtml>) estiverem próximas da meta para 2021 e 2022. No entanto, essa intenção está condicionada à manutenção do atual regime fiscal.

Segundo pesquisa Focus, a inflação esperada para este ano está perto de 2%, bem distante da meta de 4%. Para 2021, a expectativa é de 3%, contra uma meta de 3,75%; e para 2022, de 3,5%, na meta. As projeções do BC apontam valores bem confortáveis. Por que então Campos está tão preocupado com a manutenção do regime fiscal?

As expectativas Focus são boas previsoras, mas refletem o cenário mais provável dos economistas e reagem lentamente a choques não relacionados à inflação corrente. O melhor indicador para o valor esperado a médio prazo é a inflação implícita (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/solange-sroure/2020/09/devagarzinho-e-entao-de-repente.shtml>), que pode ser calculada com base na diferença entre rendimentos dos títulos públicos pré-fixados (LTN e NTN-F) e títulos indexados à inflação (NTN-B). Além de serem impactadas pelas informações correntes, as taxas implícitas carregam o chamado prêmio de risco da inflação.

A inflação implícita para 2021 está próxima de 4,6% e para 2022, próxima de 4,3% —ambas subiram muito no último mês e estão bem acima do centro da meta.

Mesmo diante de uma significativa capacidade ociosa, o fato de o mercado apontar um risco inflacionário elevado sinaliza que podemos estar perto de uma situação de dominância fiscal (quando há desconfiança de que o governo não fará o esforço necessário para estabilizar a relação entre dívida e PIB a médio prazo, limitando a efetividade da política monetária).

Sem perspectiva de geração de superávits primários, os agentes passam a esperar que a inflação resolva o problema. A ajuda pode se dar por duas vias: primeiro amplia o PIB nominal, que entra no denominador da relação dívida/PIB, e depois aumenta o resultado primário, já que as receitas do governo são mais indexadas do que as despesas. O resultado não cambial do BC aumenta com o imposto inflacionário e é regularmente transferido ao Tesouro.

A dominância fiscal leva à perda de eficácia da política monetária. Quando a dívida é alta, a subida dos juros piora mais ainda sua dinâmica. Se o BC sobe os juros para tentar conter a inflação, a conta adicional com gastos

financeiros torna maior a inflação necessária para estabilizar a dívida pública.

A situação se agrava com o encurtamento do prazo médio da dívida, como temos visto nos últimos leilões do Tesouro.

Nesses casos, a evolução da dívida fica mais sensível às mudanças na Selic.

Quanto mais o tempo passa sem perspectiva de controle das despesas, mais a dívida pública e sua dinâmica se deterioram, e fica mais difícil obter o superávit primário necessário para estabilizar a relação dívida/PIB sem que a moeda continue perdendo valor.

Com o aumento da aversão ao risco, os investidores se desfazem de títulos públicos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/fuga-de-investidores-do-brasil-mais-que-dobra-em-2020.shtml>) e correm para ativos mais seguros, como o dólar. A desvalorização cambial alimenta as expectativas de inflação. Ou seja, a inflação passa a ser determinada pela perspectiva fiscal.

Podemos viver um momento semelhante ao que se seguiu ao fracasso da chamada “nova matriz econômica”. A forte aceleração das despesas obrigatórias desde 2011 e seus efeitos nas expectativas de inflação levaram o BC a ter de subir os juros sem sucesso a partir de 2013. A Selic saiu de 7,25%, em março daquele ano, para 14,25%, em julho de 2015. Entre 2011 e 2014, o IPCA oscilou entre 5% e 7,2%, chegando ao fim de 2015 em 10,7%, bem acima da meta de 4,5%.

O controle só foi possível com uma mudança drástica na política fiscal a partir de 2016. Infelizmente, o preço do descontrole dos gastos não foi só inflação: o PIB caiu 3,5% em 2015 e outros 3,3% em 2016.

Campos está preocupado com a elevação da inflação implícita e sabe que sua capacidade de controle é limitada. Afinal, como, ele próprio resumiu, não há inflação e juros baixos com fiscal descontrolado.

Solange Srour

Economista-chefe de Brasil do banco Credit Suisse. É mestre em economia pela PUC-Rio.



Baixe o app da Folha de S.Paulo de graça (<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt-BR>)

BAIXAR

FOLHA DE S.PAULO



Alvo de Guedes e Congresso, corte de supersalários daria só R\$ 1 bi para Renda Cidadã

Dilma e Temer já tentaram aprovar a medida no Congresso, mas ideia enfrenta o lobby do funcionalismo

7.out.2020 às 23h15

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/10/08/>)

Thiago Resende (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/thiago-resende.shtml>)

Bernardo Caram (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/bernardo-caram.shtml>)

BRASÍLIA Proposta de congressistas endossada pelo ministro Paulo Guedes (Economia) de cortar salário acima do teto do funcionalismo (R\$ 39,3 mil) é insuficiente para financiar uma ampliação significativa do Bolsa Família

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/governo-anuncia-renda-cidada-programa-substituto-do-bolsa-familia.shtml>).

A medida defendida por membros do governo e líderes enfrenta forte lobby de servidores, especialmente do Judiciário, no Congresso.

Em 2015, o governo Dilma Rousseff (PT) (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1658859-dilma-veta-reajuste-de-ate-78-nos-salarios-dos-servidores-do-judiciario.shtml>) apresentou um projeto semelhante. A proposta representaria o equivalente a R\$ 1 bilhão por ano de redução de despesas para a União.

Para bancar o Renda Cidadã (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/apos-reuniao-com-guedes-bittar-diz-que-renda-cidada-respeitara-teto-e-tera-aval-do-ministro.shtml>), programa que deve substituir

o Bolsa Família, a equipe do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) busca cerca de R\$ 20 bilhões.

Com essa verba, a ideia é ampliar a cobertura das transferências de renda a famílias na linha de pobreza e extrema pobreza, além de aumentar o valor do benefício mensal.

Embora tenha peso político e moralizador, o projeto de cortar os supersalários, (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/penduricalhos-em-salarios-do-judiciario-esta-na-mira-do-congresso.shtml>) debatido por governo e congressistas, tem baixo impacto nas contas públicas. O efeito é maior em estados e municípios.

Uma proposta de regulamentar o teto do funcionalismo já chegou a ser aprovada pelo Senado no fim de 2016, quando o então presidente da Casa, Renan Calheiros (MDB-AL) (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/06/1779626-renan-cobra-ministro-da-fazenda-sobre-reajuste-do-judiciario.shtml>), conduzia uma pauta de ataques ao Judiciário, em uma reação ao avanço da Lava Jato.

Foi criada uma comissão responsável por levantar os salários acima do limite constitucional.

Na época, a relatora, senadora Kátia Abreu (PP-TO), chegou a citar que o corte nos supersalários economizaria por ano aproximadamente R\$ 1 bilhão para o Poder Executivo da União.

Na segunda-feira (5), quando Guedes e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) selaram as pazes (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/10/pazes-de-maia-e-guedes-isolaram-marinho.shtml>) em um jantar, Kátia e Renan estavam presentes.

O projeto seguiu para a Câmara, onde ainda não foi votado no plenário. O texto do Senado se juntou ao de 2015, da equipe de Dilma, mas, por falta de acordo e diante do lobby de servidores (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/10/ideia-de-limitar-supersalarios-para-financiar-o-renda-cidada-tem-forte-resistencia-no-judiciario.shtml>), os deputados não analisaram o tema.

A ideia é deixar claro, em lei, que "penduricalhos" dos salários de servidores também estão sujeitos (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/relator-de-projeto-dos-supersalarios-restringe-gratificacoes-acima-do-teto-constitucional.shtml>) ao teto de remuneração. Isso valeria

para gratificações, bônus, horas extras, adicional noturno e valores recebidos por participação em conselhos de estatais.

Em 2017, a equipe econômica de Michel Temer (MDB) tentou retomar a discussão.

O ex-ministro do Planejamento Dyogo Oliveira foi à Câmara defender a regulamentação do teto salarial. Ele também citou que o impacto da medida para a União seria, em valores corrigidos pela inflação, um pouco acima de R\$ 1 bilhão.

O relator da proposta na Câmara, deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR), disse que está em contato com Maia para destravar a votação do projeto (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/lideres-da-camara-tiram-da-gaveta-projeto-contra-supersalarios.shtml>) desde abril.

A versão atual do texto, segundo Bueno, tem o potencial de reduzir as despesas da União em cerca de R\$ 1,2 bilhão por ano.

Outro R\$ 1,2 bilhão poderia ser economizado com o corte nas férias do Judiciário. Porém, isso está previsto em uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que ainda nem foi analisada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Em encontro com Guedes nesta semana, um grupo de congressistas liderado por Renan e Kátia voltou a defender a redução de despesas com salários acima do teto (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/em-meio-a-pandemia-stf-pressiona-contra-reducao-salarial-e-corte-de-penduricalhos.shtml>) como forma de financiar o Renda Cidadã.

Para destinar mais dinheiro à área de assistência social, o governo precisa cortar em outra parte do Orçamento federal, e não nos gastos de estados e municípios.

O time de Bolsonaro enfrenta dificuldades em superar entraves à ampliação do Bolsa Família por causa da trava do teto de gastos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/entenda-o-que-e-e-como-funciona-o-teto-dos-gastos.shtml>). A regra impede o crescimento das despesas acima da inflação.

Para 2021, o orçamento do Bolsa Família foi ampliado em relação a anos anteriores, mas ainda é limitado. A estimativa é que, com R\$ 34,9 bilhões, cerca de 15,2 milhões de famílias sejam atendidas.

A verba, no entanto, não prevê a 13ª parcela prometida por Bolsonaro na campanha presidencial, nem um aumento substancial do benefício, atualmente na faixa de R\$ 192 por mês para cada família, em média.

O corte nos supersalários resultaria em um programa ainda longe do que deseja (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/relator-de-projeto-dos-supersalarios-restringe-gratificacoes-acima-do-teto-constitucional.shtml>) **Bolsonaro** (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/relator-de-projeto-dos-supersalarios-restringe-gratificacoes-acima-do-teto-constitucional.shtml>). O presidente quer uma renda básica mensal de R\$ 300 e ampliação da cobertura no número de famílias.

Auxiliares do presidente já admitem, de forma reservada, que a meta de R\$ 300 por mês não deve ser alcançada.

Bolsonaro quer manter o mesmo patamar das parcelas finais do auxílio emergencial, criado para socorrer informais, desempregados e microempreendedores individuais na pandemia da Covid-19. O auxílio fez a popularidade crescer.

Procurado o Ministério da Economia, não quis se manifestar sobre a proposta de corte dos supersalários.

Para tentar propor uma ampliação significativa do Bolsa Família, o governo estuda uma série de medidas. Uma delas, como mostrou a **Folha**, seria limitar os gastos com abono salarial, (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/por-renda-basica-governo-avalia-limitar-em-vez-de-acabar-com-abono-salarial.shtml>) em vez de acabar com o programa.

Esse benefício é pago a trabalhadores com carteira assinada e com renda mensal de até dois salários mínimos (R\$ 2.090). Técnicos da Economia defendem que o critério seja de aproximadamente R\$ 1.500. Isso liberaria R\$ 8 bilhões.

Outra opção em estudo é extinguir o desconto de 20% concedido automaticamente a contribuintes que optam pela declaração simplificada do

Imposto de Renda da Pessoa Física. A medida, revelada pela **Folha**, pode atingir mais de 17 milhões de pessoas (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/governo-quer-extinguir-desconto-de-20-em-declaracao-simplificada-do-ir.shtml>). Até agora, uma solução não foi apresentada.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/alvo-de-guedes-e-congresso-corte-de-supersalarios-daria-so-r-1-bi-para-renda-cidada.shtml>



Baixe o app da Folha de S.Paulo de graça (<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt-BR>)

BAIXAR

FOLHA DE S.PAULO



Bolsonaro elogia Guedes após atrito de ministro com Marinho

Auxiliares do presidente trocaram farpas nos últimos dias, o que levantou novas dúvidas sobre compromisso com âncora fiscal

7.out.2020 às 20h12

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/10/08/>)

Ricardo Della Coletta (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/ricardo-della-coletta.shtml>)

Daniel Carvalho (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/daniel-carvalho.shtml>)

BRASÍLIA Dias depois da briga entre os ministros Paulo Guedes (Economia) e Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional)

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/marinho-critica-guedes-e-defende-renda-cidada-em-encontro-com-analistas-e-economistas.shtml>), o presidente Jair Bolsonaro elogiou publicamente o

chefe da equipe econômica e disse que não toma decisões da área sem antes ouvi-lo.

Sem citar a recente troca de farpas entre seus dois auxiliares, que impactou o mercado financeiro (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/planalto-poe-panos-quentes-mas-briga-com-marinho-aumenta-desgaste-de-guedes.shtml>), Bolsonaro disse ainda se surpreender com a reação negativa de investidores a declarações de "um ministro ou funcionário de segundo escalão".

"Me surpreende por vezes o mercado, por declaração de um ministro ou funcionário de segundo escalão falar alguma coisa, e aquilo passar a ser uma

verdade, a bolsa cai e o dólar sobe. A palavra final na economia não é de uma pessoa, são de duas pessoas: eu e Paulo Guedes. Eu não tomo decisões sem ligar para o respectivo ministro", disse o presidente, durante uma cerimônia no Palácio do Planalto sobre medidas de desburocratização do setor aéreo.



Bolsonaro disse nesta quarta que a palavra final em assuntos econômicos é sempre dele e do ministro Paulo Guedes - Pedro Ladeira/Folhapress

Avisado de que Marinho o havia criticado para investidores na última semana, Guedes disparou ofensas públicas contra o colega. Em entrevista, o titular da Economia chamou Marinho de "despreparado, desleal e fura-teto".

Após o episódio, segundo líderes partidários próximos do Planalto, o próprio Jair Bolsonaro entrou em campo e pediu que o ministro do Desenvolvimento se acalmasse e não respondesse para evitar ainda mais a crise.

De acordo com relatos, na reunião fechada Marinho criticou Guedes ao dizer que ele é um grande vendedor, muito bom na macroeconomia, mas fraco em

questões microeconômicas, listando as áreas tributária, previdenciária e a contabilidade pública.

O debate que se instalou na sequência reforçou a leitura de que o teto de gastos pode ser descumprido na gestão do presidente Jair Bolsonaro, elevando a percepção de risco em relação ao Brasil e afetando negativamente indicadores financeiros.

Em seu discurso nesta quarta, Bolsonaro tentou afastar a percepção de que seu governo pode descumprir regras fiscais e disse não querer "fazer nada de anormal para dar um jeitinho aqui ou acolá".

Em mais uma sequência de elogios a Guedes, ele disse que o chefe da equipe econômica tem uma "lealdade que é mútua comigo". E listou uma série de medidas econômicas tomadas para aliviar os efeitos da pandemia.

Pressionado por investidores internacionais e por governos estrangeiros pelo avanço do desmatamento e pela onda de queimadas, Bolsonaro rebateu críticas e defendeu estimular o turismo na Amazônia "para mostrar que aquele trem não pega fogo".

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) OU na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA



Baixe o app da Folha de S.Paulo de graça (<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt-BR>)

BAIXAR

FOLHA DE S.PAULO



MERCADO DE TRABALHO ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/MERCADO-DE-TRABALHO](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/mercado-de-trabalho))

Desemprego no Brasil bate recorde e atinge 13,1 milhões de pessoas

Taxa de 13,8% é a maior da série histórica da pesquisa do IBGE, iniciada em 2012

30.set.2020 às 9h02

Atualizado: 30.set.2020 às 9h27

Diego Garcia (<https://www1.folha.uol.com.br/atores/diego-garcia.shtml>)

RIO DE JANEIRO A reabertura de comércio (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/apos-mais-de-3-meses-comercio-de-rua-do-rio-reabre-com-ruas-cheias.shtml>) e serviços em meio à pandemia intensificou o aumento do desemprego no Brasil, que bateu recorde e chegou a 13,8% no trimestre encerrado em julho. É a maior marca da série histórica da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, que calcula a desocupação oficial do país e teve início em 2012.

Isso representa 13,1 milhões de pessoas na fila do emprego, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgados nesta quarta-feira (30). No trimestre anterior, terminado em abril, o desemprego no Brasil havia fechado em 12,6% (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/desemprego-sobe-a-126-em-abril-com-efeitos-do-coronavirus-diz-ibge.shtml>). Em janeiro, a taxa estava em 11,2% (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/taxa-de-desemprego-fica-em-112-em-janeiro-diz-ibge.shtml>). Na comparação com o mesmo trimestre de 2019, o aumento no desemprego foi de 2 pontos percentuais, ou 561 mil pessoas.

Economistas ouvidos pela agência Bloomberg esperavam desemprego de 13,7% no trimestre encerrado em julho.

A população ocupada também bateu recorde negativo, com diminuição de 7,2 milhões de pessoas (8,1%) e chegando ao contingente de 82 milhões de brasileiros, o menor da série histórica do IBGE. Em janeiro, ainda antes da pandemia, eram 94,2 milhões de brasileiros empregados. Com relação ao mesmo período do ano passado, a queda foi de 11,6 milhões (12,3%) de trabalhadores.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) OU na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/desemprego-no-brasil-bate-recorde-e-atinge-131-milhoes-de-pessoas.shtml>



Baixe o app da Folha de S.Paulo de graça (<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt-BR>)

BAIXAR

FOLHA DE S.PAULO



Painel S.A. (/colunas/painelsa/)

joana.cunha@grupofolha.com.br (<mailto:joana.cunha@grupofolha.com.br>)



Empresários se unem para pedir reformas, mas não há consenso

Preocupação com enfraquecimento de Paulo Guedes elevou movimentação no empresariado

7.out.2020 às 19h55

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/10/08/>)

SÃO PAULO A movimentação de grandes empresários para tentar transmitir ao governo seu senso de urgência pelas reformas tem crescido nas últimas semanas, à medida que o [ministro Paulo Guedes \(Economia\) se enfraquece](https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2020/10/empresarios-se-preocupam-com-desgastes-no-ministerio-da-economia.shtml) (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2020/10/empresarios-se-preocupam-com-desgastes-no-ministerio-da-economia.shtml>), elevando a preocupação.

Nos diversos grupos que vêm se reunindo, a necessidade da administrativa é consenso, mas quando o assunto é a tributária está cada vez mais difícil costurar os interesses. Enquanto os grandes representantes da indústria torcem pela PEC 45, proposta de unificar impostos, nomes do varejo e dos serviços que são contrários ao projeto estão mais confortáveis com o atraso.

com **Filipe Oliveira** e **Mariana Grazini**

Painel S.A.

Jornalista, Joana Cunha é formada em administração de empresas pela FGV-SP. Foi repórter de Mercado e correspondente da Folha em Nova York.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2020/10/empresarios-se-unem-para-pedir-reformas-mas-nao-ha-consenso.shtml>



Baixe o app da Folha de S.Paulo de graça (<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt-BR>)

BAIXAR

FOLHA DE S.PAULO



Equipe econômica estuda privatização para bancar obras e programa social

Medida seria forma de ganhar apoio do Congresso e convencer alas política e militar do governo

7.out.2020 às 17h27

Atualizado: 7.out.2020 às 18h52

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/10/08/>)

Bruno Boghossian (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/bruno-boghossian.shtml>)

Bernardo Caram (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/bernardo-caram.shtml>)

BRASÍLIA O Ministério da Economia estuda a criação de um mecanismo para aplicar em obras públicas e programas sociais parte do dinheiro arrecadado com a privatização de estatais (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/plano-de-privatizacao-de-guedes-nao-passa-ainda-nem-da-fase-de-estudos.shtml>). O objetivo é reduzir as resistências no Congresso à venda dessas empresas e ganhar apoio dentro do governo.

A ideia é criar um fundo de desinvestimento, que seria alimentado por uma fatia dos recursos das privatizações e da venda de imóveis da União. O dinheiro, então, seria direcionado para essas finalidades.

A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) também avalia outras possibilidades. Em uma delas, antes mesmo de eventual venda da companhia, seriam distribuídos dividendos das estatais para pessoas pobres.

Outra hipótese prevê a concessão de certificados de propriedade de frações dessas empresas aos beneficiários de baixa renda.

O governo planeja ampliar o Bolsa Família

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/apos-reuniao-com-guedes-bittar-diz-que-renda-cidada-respeitara-teto-e-tera-aval-do-ministro.shtml>), mas ainda não encontrou um espaço no Orçamento para financiar o projeto.

A equipe econômica diz acreditar que só haverá um desfecho para essa discussão nos dias seguintes às eleições municipais. Integrantes do ministério consideram que a campanha contaminou sugestões que podem representar medidas amargas de corte de despesas.

Parlamentares ainda trabalhavam para apresentar uma proposta de ampliação do programa social na próxima semana, mas a equipe econômica considera difícil a elaboração de um projeto que aponte a origem dos recursos.

Líderes partidários que almoçaram com o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) nesta quarta-feira (7) confirmaram que o governo decidiu deixar a discussão para depois do período eleitoral.

“O Renda ficou para depois da eleição. O próprio relator falou no almoço que era consenso que só será discutido depois da eleição. Eles estão ainda procurando descobrir de onde tirar o recurso”, relatou o senador Chico Rodrigues (DEM-RR), vice-líder do governo no Senado.

O presidente já vetou propostas (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/nao-posso-tirar-de-pobres-para-dar-a-pauperrimos-diz-bolsonaro-sobre-renda-brasil.shtml>) em estudo pela equipe econômica. Em uma delas, o presidente proibiu que o programa seja bancado com o fim do abono salarial (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/bolsonaro-anuncia-desistencia-de-renda-brasil-e-ameaca-cartao-vermelho-na-equipe.shtml>), espécie de 14º salário pago a pessoas com renda de até dois salários mínimos.

Bolsonaro também barrou a ideia de buscar verbas com a desvinculação de benefícios, o que poderia congelar o valor de aposentadorias.

Também chegou a ser apresentada a proposta de limitar o pagamento de precatórios (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/governo-mantem-proposta-para-renda-cidada-que-pode-afetar-1-milhao-de-pagamentos.shtml>), dívidas do governo reconhecidas pela Justiça. O plano foi abortado após reação negativa do mercado e críticas de especialistas (<https://agora.folha.uol.com.br/grana/2019/11/novo-limite-de-precatorios-preocupa-advogados-e-servidores.shtml>).

Inicialmente, Guedes defendia a venda de ativos públicos com a finalidade de abater a dívida pública do país. Estimativa da pasta aponta que o governo tem R\$ 1 trilhão em estatais e R\$ 1,2 trilhão em imóveis.

A venda das companhias, no entanto, não saiu do papel no governo Jair Bolsonaro. Uma das prioridades da atual gestão, a perda de controle da Eletrobras segue travada no Congresso desde o governo do então presidente Michel Temer.

Nas últimas semanas, Guedes chegou a dizer que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), teria se aliado à esquerda para travar a pauta de privatizações.

Segundo o ministro, o governo teria feito, nos últimos meses, um acordo para a venda da Eletrobras, dos Correios e do Porto de Santos, além de poços de exploração da PPSA (Pré-sal Petróleo) avaliados em US\$ 100 bilhões –o equivalente a mais de R\$ 560 bilhões.

No entanto, parlamentares teriam afirmado que só seria possível quebrar o monopólio dos Correios, sem a venda de nenhuma das companhias.

Bandeira de Guedes desde a campanha eleitoral de 2018, uma privatização em massa de ativos da União enfrentou resistências dentro do governo e do Congresso. Ele chegou a prometer, em julho, a venda de quatro grandes estatais até o início de outubro, mas o ministério admitiu que esse prazo não foi suficiente.

Frustrado com a falta de ritmo desse plano, o empresário Salim Mattar pediu demissão (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/dois-secretarios-de-guedes-pedem-demissao.shtml>) da

Secretaria de Desestatização do governo em agosto. Ele disse faltar “vontade política” para vender as companhias.

Em setembro, o próprio Bolsonaro barrou os planos da equipe econômica para privatizar a Casa da Moeda.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) OU na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/equipe-economica-estuda-privatizacao-para-bancar-obras-e-programa-social.shtml>

FOLHA DE S.PAULO



Fernando Schüler (</colunas/fernando-schuler/>)



A pauta esquecida das reformas institucionais

O Estado não é papai de ninguém para obrigar o cidadão a votar ou não votar

7.out.2020 às 23h15

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/10/08/>)

Sempre leio o Pedro Fernando Nery e aprendo muito com ele. Até por isso é bom divergir de vez em quando. Pedro colocou na pauta a chamada “votação Demery”, que sugere dar aos pais o direito de votar pelos filhos ainda crianças.

A ideia foi originalmente proposta pelo demógrafo Paul Demery e propõe mudar a regra “um homem, um voto”, base de nossas democracias, propondo que os pais tenham um voto a mais para cada filho menor de 16 anos. Um filho, um voto. Dez filhos, dez votos. O argumento é de que precisamos de políticas de longo prazo, focar nas crianças (<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/02/politicas-publicas-e-as-necessidades-das-criancas.shtml>) e nada melhor do que dar às mães um maior poder político.

Há um caminhão de problemas aí. Os cidadãos não decidem políticas públicas e sim elegem políticos. Os políticos vão à televisão, distribuem promessas, santinhos, e as pessoas votam. A engenharia proposta por Demery supõe o seguinte: vendo seus bebês bem cuidados ou soltos em uma rua com esgoto a céu aberto (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/quase-metade-dos->

[domicilios-brasileiros-nao-tem-acesso-a-rede-de-esgoto.shtml](#)), as mães saberão identificar, no mar de “cabecinhas” (nome que a filhinha de um amigo dava aos candidatos, na TV), quem melhor representa políticas que, uma vez implementadas, melhorarão a vida das futuras gerações.

As mães saberiam separar o joio do trigo, comparando o discurso e o histórico de cada candidato, e quem sabe fariam também alguma comparação internacional sobre boas e más políticas públicas. Sua condição se traduziria em discernimento político.

O maior equívoco disso tudo é desconsiderar um detalhe sobre o mundo político sobre o qual nos alertou Anthony Downs: a informação política tem um custo brutalmente alto. Nosso voto vale nada ou quase nada em uma eleição (mesmo alguém votando pelos cinco filhos). E ninguém será responsabilizado se votar errado. Mesmo porque é parte da democracia que ninguém saiba exatamente o que é certo ou errado em uma eleição.

Nessas condições, pouca gente irá gastar muito tempo analisando políticas públicas. A tendência é a alienação e a irresponsabilidade. Vem daí boa parte da bobageira que inunda a internet. Se a minha influência sobre o processo é nula e eu posso socializar o custo do meu erro, por que exatamente eu agiria, na política, com a atenção que dou ao remédio que meu filho precisa tomar em uma noite de febre?

A engenharia com direitos individuais anda na moda (no tema identitário (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/08/o-cancelamento-da-antropologa-branca-e-a-pauta-identitaria.shtml>), em especial), mas não acho que nossas democracias estariam dispostas a trocar uma questão de princípio (a igualdade política) pela expectativa vaga de se obter um melhor resultado (temos acordo sobre isto?) na escolha pública.

Vai também aí certo mecanicismo sociológico que imagina alguma correspondência objetiva entre ideias e condição social. Os mais velhos apostariam em políticas de curto prazo, jovens nas de longo prazo, mulheres em políticas feministas e assim por diante. Feito o raciocínio, a tarefa é

descobrir a melhor equação para “ajustar” os colégios eleitorais e obter os resultados que desejamos.

Não é por aí. Nosso foco deveria se concentrar na qualidade do debate (<https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/debate-eleitoral/>) e nos incentivos à boa governança pública.

A virtude da provocação feita pelo Pedro é chamar atenção para reformas institucionais que o país precisa fazer. Há três temas que o país deveria discutir com serenidade: mandatos de cinco anos, sem reeleição, voto distrital misto e voto facultativo.

Por diferentes razões. Fim da reeleição (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/fhc-faz-mea-culpa-e-afirma-que-reeleicao-foi-um-erro.shtml>) e mandatos mais longos podem ajudar a conter o populismo e favorecer a maturação de programas públicos; o voto distrital aproxima eleitos de eleitores e, de quebra, reduz custos de campanha. Voto facultativo (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/11/1830204-voto-facultativo-seria-ruim-dizem-academicos.shtml>) é um direito. O Estado não é papai de ninguém para obrigar o cidadão a votar ou não votar.

São reformas esquecidas na agenda brasileira. Deveríamos retomá-las, mas sem engenharia com o direito inalienável de cada um participar da esfera pública em condição de igualdade.

Quanto às crianças, sugiro cuidar para que elas cresçam, brinquem e estudem. No tempo certo, elas irão votar com a própria cabeça.

Fernando Schüler

Professor do Insper e curador do projeto Fronteiras do Pensamento. Foi diretor da Fundação Iberê Camargo.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s->

FOLHA DE S.PAULO



Painel (/colunas/painel/)

painel@grupofolha.com.br (mailto:painel@grupofolha.com.br)



Falta de acordo para expansão do Bolsa Família cria cenário para saída desorganizada e solução fura-teto

Políticos do centrão e auxiliares de Bolsonaro traçam cenário de que o governo chegará ao fim do ano sem resposta

7.out.2020 às 23h15

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/10/08/>)

Diante da falta de acordo sobre como financiar a expansão do Bolsa Família (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/06/estados-do-nordeste-vaao-stf-contra-bolsonaro-e-pedem-de-volta-recursos-do-bolsa-familia.shtml>), políticos do centrão e auxiliares de Jair Bolsonaro (sem partido) já traçam um cenário de que o governo chegará ao fim do ano sem uma resposta, levando a um improviso para resolver o problema que pode, inclusive, driblar o teto de gastos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/entenda-o-que-e-e-como-funciona-o-teto-dos-gastos.shtml>).

A única chance de isso não acontecer pode ser prorrogar o auxílio emergencial (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/09/auxilio-emergencial-turbina-arrecadacao-dos-estados.shtml>) para ganhar tempo, mas também não há consenso sobre a extensão.

Líderes do Congresso avaliam que o quadro é confuso e, dessa forma, fértil para a apresentação de fórmulas que não vão prosperar. Nenhuma opção

será discutida a sério antes da eleição municipal de 2020.

Enquanto isso, cada um defende suas ideias como pode. Alguns parlamentares falam em encontrar uma fonte fora do Orçamento fiscal (fugindo do teto), outros em inflar o Orçamento (prorrogação do regime de guerra) e desativar o teto.

Sobre a prorrogação do Orçamento de guerra, Rodrigo Maia (DEM-RJ) disse ao Painel que o tema não será votado na Câmara.

TIROTEIO

Quem diz se há corrupção são o povo, a imprensa e os órgãos de controle. E quem mantém ou acaba com a Lava Jato é o MPF
De Roberto Livianu, presidente do Instituto Não Aceito Corrupção, sobre Jair Bolsonaro ter dito que deu fim à Lava Jato porque não há mais corrupção

VEJA TEMAS ABORDADOS PELA COLUNA

1 Falta de acordo para expansão do Bolsa Família cria cenário para saída desorganizada e solução fura-teto

(<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/10/falta-de-acordo-para-expansao-do-bolsa-familia-cria-cenario-para-saida-desorganizada-e-solucao-fura-teto.shtml>)

2 Bolsonaro repete dado falso e faz vídeo pedindo votos para Wal do Açaí

(<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/10/repetindo-mais-uma-vez-dado-falso-bolsonaro-faz-video-pedindo-votos-para-wal-do-acai.shtml>)

3 Eduardo Paes tenta escapar de juiz 'linha dura' em ação sobre corrupção e lavagem de dinheiro

(<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/10/eduardo-paes-tenta-escapar-de-juiz-linha-dura-em-acao-sobre-corrupcao-e-lavagem-de-dinheiro.shtml>)

FOLHA DE S.PAULO



Montadoras revisam projeções e esperam tombo menor em 2020

Recuperação é melhor do que esperava o setor, mas expectativa ainda é de queda de 35% na produção de veículos

7.out.2020 às 10h45

Atualizado: 7.out.2020 às 12h54

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/10/08/>)

Eduardo Sodré (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/eduardo-sodre.shtml>)

SÃO PAULO A Anfavea (associação das montadoras) revisou as previsões de produção e vendas em 2020 (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/setor-automotivo-manda-370-mil-para-casa-previsao-e-de-r-42-bi-em-perdas.shtml>). O tombo nos emplacamentos, antes calculado em 40% na comparação com 2019, agora é estimado em 31%.

Na produção, a expectativa de retração (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/setor-automotivo-manda-370-mil-para-casa-previsao-e-de-r-42-bi-em-perdas.shtml>) passou de 45% para 35%. Pelo cálculo, 1,92 milhões de carros de passeio, comerciais leves, ônibus e caminhões devem ser montados neste ano.

Luiz Carlos Moraes, presidente da Anfavea afirma que a entidade optou pela cautela. Ele lembra que, apesar da melhora atual, o otimismo do início do ano havia se convertido em um momento dramático no segundo trimestre.

“Ainda assim é uma queda substancial, havia um planejamento inicial de se produzir 3,16 milhões de veículos em 2020. Entendemos que será uma recuperação longa, como acontece na esfera histórica da indústria automobilística”, diz Moraes.

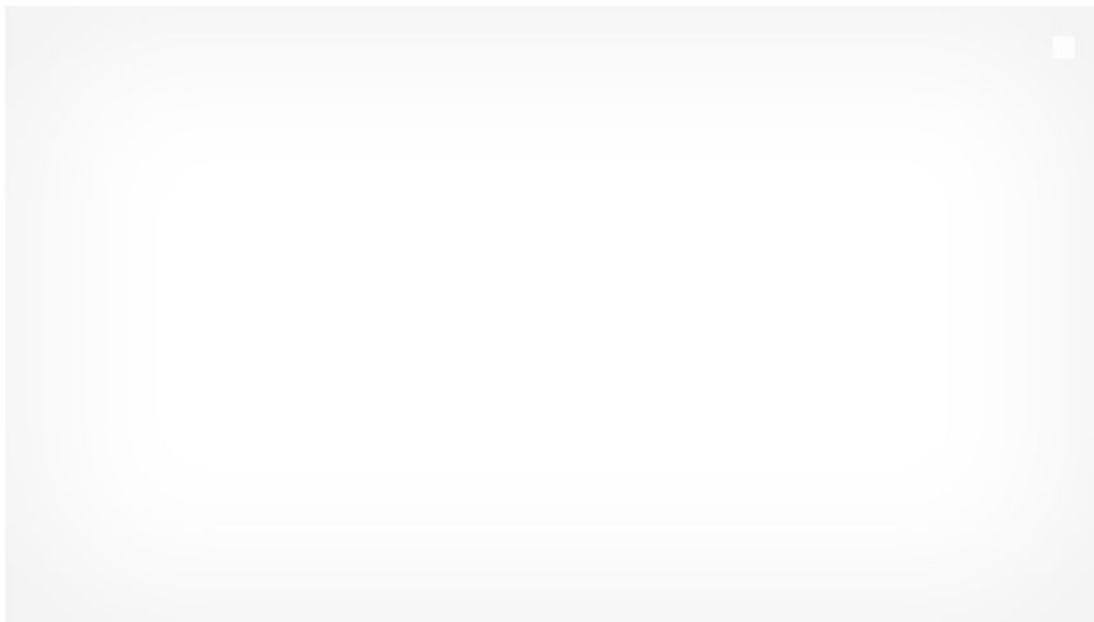
Embora a mudança no prognóstico mostre que a recuperação tem sido melhor que a esperada, a sobreposição de crises nos últimos seis anos, as diferenças regionais e a relação fria com o governo abalam um setor cuja cadeia envolve 1 milhão de trabalhadores

(<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/eduardosodre/2020/06/futuro-do-emprego-no-setor-automotivo-esta-na-cadeia-de-fornecedores.shtml>).

Funcionários na linha de montagens de caminhões Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo, grande São Paulo - Bruno Santos - 18.mai.2020/Folhapress

De acordo com os dados divulgados pela Anfavea (associação das montadoras), foram produzidos 220,2 mil veículos em setembro na soma de carros de passeio, comerciais leves, ônibus e caminhões. Há alta de 4,4% em relação a agosto.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Em comparação a setembro de 2019, o último mês registra queda de 11% na fabricação. No acumulado do ano, a retração chega a 41,1%.

As exportações cresceram (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/balanca-comercial-tem-superavit-de-us-424-bilhoes-no-ano.shtml>) 8,5% entre agosto e setembro. No último mês, 36,6 mil veículos foram enviados para o exterior –18 mil unidades desembarcaram na Argentina.

O presidente da Anfavea diz que a alta se deve à regularização da produção e à retomada dos mercados da América Latina, embora todos registrem perdas superiores à 30% nas vendas de automóveis na comparação entre 2020 e 2019.

No acumulado deste ano, a queda nas exportações em 2020 é de 38,6% em relação ao mesmo período do ano passado. Em julho, a Anfavea havia previsto que o segmento cairia 53% na comparação com 2019. Agora acredita que essa redução será de 34%.

As vendas seguem em recuperação, com alta 13,3% entre agosto e setembro. Foram emplacados 207,7 mil veículos no último mês.

A comparação entre os dois últimos trimestres mostra que o pior da pandemia ficou para trás no setor automotivo. Foram vendidos 250,7 mil veículos entre abril e junho, número que salta para 565,5 mil de julho a setembro. Foi um crescimento de 125,5%.

Entretanto, a comparação entre os terceiros trimestres de 2020 e de 2019 revela queda de 21,6%.

A média diária de vendas ficou em 9.900 unidades em setembro, número considerado muito bom pela Anfavea diante do cenário. São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais representam 52,8% desse volume.

Moraes afirma que as empresas têm ajustado sua produção à demanda, o que explica a estabilidade dos estoques. Há carros suficientes para atender a 20 dias de vendas, número abaixo da média pré-pandemia (por volta de 30 dias).

“Os estoques ficaram muito altos, chegaram a quase quatro meses, as montadoras tiveram que fazer um ajuste e estão se adaptando. A questão do

capital de giro têm sido um grande problema para a indústria”, diz o presidente da Anfavea.

A readequação se reflete nos postos de trabalho. O volume de empregados no setor registra queda de 4,5% na comparação entre os meses de setembro de 2019 e de 2020.

Houve uma alta ilusória de 0,2% nas vagas entre agosto e setembro, mas o resultado se deve a contratações pontuais nas empresas ligadas ao agronegócio (fabricantes de caminhões, implementos rodoviários e maquinário agrícola) e à Renault. A montadora teve que reintegrar cerca de 700 funcionários no Paraná após um acordo feito com o sindicato da Grande Curitiba.

A fabricante de origem francesa converteu os cortes em um PDV (programa de demissão voluntária), iniciativa que tem sido regra na indústria automotiva.

A General Motors, por exemplo, estendeu seu PDV, que tem mais uma etapa até o dia 15 deste mês em São Caetano do Sul (Grande São Paulo). Em São José dos Campos (interior de São Paulo), o novo período de adesão irá de 16 a 26. Ao mesmo tempo, medidas de flexibilização do trabalho foram prorrogadas até novembro.

A Volkswagen também segue com seu programa de redução da mão de obra. As japonesas Nissan e Toyota também fizeram cortes neste ano.

Moraes diz que há vários PDVs abertos, o que vai se refletir nos dados de emprego nas montadoras. Esses resultados negativos devem aparecer ao longo do último trimestre.

As empresas evitam falar nos cortes que têm sido feitos, mas, pressionadas pela alta dos custos de produção devido à disparada do dólar, já não escondem mais suas insatisfações –inclusive entre elas, como ocorre agora.

Nesta terça (6), o Senado aprovou a Medida Provisória 987, que prorroga até 2025 os benefícios tributários concedidos a fabricantes instaladas no Centro-Oeste. A medida vai para sanção presidencial.

A região agora se equipara ao Nordeste em incentivos fiscais para o setor, num ciclo de incentivos que começou no fim da década de 1990.

As prorrogações têm revoltado representantes das marcas que concentram suas atividades industriais no Sul e no Sudeste.

Roberto Braun, diretor de relações governamentais da Toyota, diz que a extensão das isenções de impostos desestimula investimentos em outros estados. A montadora japonesa tem três fábricas no Brasil, todas no Estado de São Paulo.

Braun afirma que a soma das isenções de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) podem resultar em uma redução de 20% nos custos de produção.

A grupo FCA é um dos beneficiados pelo regime tributário atual. A empresa produz em Goiana (PE) a picape Fiat Toro e os utilitários esportivo Compass e Renegade, ambos da Jeep.

"O regime automotivo do Nordeste é um programa concebido para promover o desenvolvimento regional, pois trata-se de uma região distante dos grandes centros consumidores e também dos centros industriais onde se produzem componentes", diz Tania Silvestri, diretora da marca Jeep para a América Latina.

Segundo a executiva, o modelo atual de incentivos fiscais ajuda a aumentar a competitividade para as companhias instaladas na região. "A FCA investe de forma consistente para atrair novas empresas e aumentar a cadeia de fornecedores no Nordeste, ajudando a promover o desenvolvimento de toda a indústria automotiva".

Mas Braun afirma que a prorrogação indeterminada dos incentivos prejudica a concorrência e leva à fuga de investimentos das marcas estabelecidas nas regiões Sul e Sudeste. Ele cita como exemplo o fechamento da fábrica da Ford em São Bernardo do Campo: a montadora concentrou suas atividades fabris em Camaçari (BA), onde produz, desde o início dos anos 2000, os modelos EcoSport e Ka.



Baixe o app da Folha de S.Paulo
de graça

([https://play.google.com/store/apps/details?
id=br.com.folha.app&hl=pt-BR](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt-BR))

BAIXAR

FOLHA DE S.PAULO



Governo quer 'Orçamento de guerra' automático em caso de emergência

Apesar de plano, ministro da Economia afirma que auxílio emergencial não será prorrogado em 2021

7.out.2020 às 14h35

Atualizado: 7.out.2020 às 15h31



EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/10/08/>)

Bernardo Caram (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/bernardo-caram.shtml>)

Bruno Boghossian (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/bruno-boghossian.shtml>)

BRASÍLIA O governo planeja inserir na Constituição um dispositivo permanente para permitir uma flexibilização do Orçamento em casos de emergência fiscal. O mecanismo seria semelhante ao “Orçamento de guerra” (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/entenda-o-que-preve-a-pec-do-orcamento-de-guerra.shtml>), aplicado neste ano para permitir gastos de combate à pandemia do novo coronavírus.

A diferença, nesse caso, é que a ativação do mecanismo seria associada à disparada de uma série de gatilhos de corte de gastos públicos, como congelamento de salários de servidores e não realização de concursos públicos.

Neste ano, isso não foi feito. A ampliação dos gastos foi liberada, sem limitação de regras fiscais e também sem contrapartida

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/furar-o-teto-de-gastos-poderia-levar-a-impeachment-de-bolsonaro-diz-guedes.shtml>) de ajuste de despesas em outras áreas.

Segundo relatos, a negociação é para que o dispositivo seja inserido na PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do pacto federativo

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/fusao-de-pecs-emergencial-e-do-pacto-federativo-liberaria-r-245-bi-ao-renda-cidada-diz-orgao-do-senado.shtml>), que tramita no Congresso e já traz medidas para retirar amarras do Orçamento e incluir os gatilhos de ajuste fiscal.



Presidente da Câmara Rodrigo Maia e ministro Paulo Guedes (Economia) - Pedro Ladeira/Folhapress

De acordo com membros do governo, a medida não teria relação direta com a atual pandemia do novo coronavírus e foi pensada para outras situações, necessidades futuras.

Em conversa com jornalistas nesta quarta-feira (7), o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que o auxílio emergencial pago a informais não será

prorrogado para 2021 (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/nao-trabalhamos-com-auxilio-emergencial-em-2021-diz-secretario-de-guedes.shtml>).

“Tem um plano de auxílio emergencial que vai até o fim de dezembro, tem um estado de calamidade que vai até o fim de dezembro. No fim de dezembro, acabou tudo isso. Em janeiro do ano que vem, não tem prorrogação [do auxílio]”, disse.

Após a declaração, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que compartilha da mesma posição (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/10/apos-desculpas-mtuas-maia-mostra-sintonia-com-guedes.shtml>), de não prorrogar o auxílio emergencial.

Membros do Ministério da Economia reconhecem, no entanto, que o mecanismo para flexibilizar gastos poderia ser usado em caso de uma continuidade ou uma segunda onda da pandemia. Nesse caso específico, o dispositivo poderia abrir uma brecha para eventual prorrogação de pagamento do auxílio emergencial.

No Congresso, há um movimento de parlamentares para que essa ampliação de gastos não seja limitada a 2020.

A avaliação de congressistas é que a pandemia e seus efeitos negativos devem se estender para o ano que vem, inclusive sem a distribuição em massa da vacina contra a Covid-19. Por isso, seria necessário manter as despesas com saúde e o pagamento de auxílio aos mais pobres.

A aprovação do “Orçamento de guerra” pelo Congresso, em maio, permitiu ao governo contornar, durante a pandemia, regras que limitam os gastos públicos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/pec-do-orcamento-de-guerra-e-aprovada-no-senado-em-segundo-turno-e-volta-a-camara.shtml>).

Com o dispositivo, foi possível aplicar recursos fora do teto de gastos (que limita as despesas públicas aos gastos do ano anterior) e a regra de ouro (que impede a contração de dívidas para bancar despesas correntes).

A abertura dessas brechas, no entanto, só valeu para o período de calamidade pública provocado pelo coronavírus. A declaração da calamidade

foi feita pelo governo e aprovada no Congresso.

A ideia do governo, agora, é criar um mecanismo estrutural para flexibilizar essas despesas em caso de outras emergências, criando dispositivos que também ajudem a controlar o aumento de gastos durante períodos de crises provocadas por acontecimentos dessa natureza.

Segundo membros do Ministério da Economia o objetivo é permitir uma flexibilização que não provoque uma explosão na dívida pública, como neste ano. Isso porque as despesas seriam ampliadas de um lado, enquanto outros gastos seriam cortados para fazer uma compensação.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/governo-quer-orcamento-de-guerra-automatico-em-caso-de-emergencia.shtml>

Veículo: Estadão	
Data: .08.10.2020	Caderno: Economia



Reforma tributária pode aumentar em até 60% os gastos com tributos do setor médico

Júlia Lázaro*

08 de outubro de 2020 | 06h30

O projeto de Reforma Tributária (3887/2020) enviado pelo Ministério da Economia ao Congresso Nacional poderá atingir diretamente profissionais e empresas da área médica. Há uma possibilidade de aumento de até 60% nos gastos com tributos para o setor.

Por isso, o momento exige estado de alerta e cautela, já que grande parte dos CNPJs na área médica está enquadrada no regime tributário do Lucro Presumido, que sofrerá grande impacto.

Atualmente, consultórios médicos e outras empresas da área recolhem cinco tributos: o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição do Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), como tributos federais; e, ainda, o Imposto Sobre Serviços (ISS), como tributo municipal.

Sendo assim, a média de carga tributária para negócios na área médica está em 13,33%. Isso varia um pouco, conforme a cidade em que a empresa está, uma vez que a alíquota do ISS muda de município para município. Com o projeto de reforma apresentado, a carga pode aumentar para aproximadamente 20%. Isso porque o projeto do governo discute a substituição do PIS e da Cofins pela Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS). Ocorre que, atualmente, somados PIS e Cofins, a alíquota é de 3,65%, já a alíquota da CBS será de 12%.

Já há mobilizações para mitigar os efeitos da reforma em curso, inclusive da classe médica e suas entidades. Contudo, o que sugiro aos empresários da área é aguardar pela tramitação e aprovação do projeto, antes de tomar qualquer decisão. Afinal, trata-se, ainda, de um “processo embrionário” da reforma tributária.

Há muitos interesses em jogo – das partes arrecadoras (União, Estados e Municípios) e das partes pagadoras (classes profissionais, empresariais e cidadãos em geral). O momento hoje é ideal para discutirmos as informações apresentadas, sem tirarmos conclusões.

Relembro, ainda, que, além do projeto de lei enviado pelo governo, há pelo menos outras duas propostas de reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional. São as propostas de emenda constitucional 45/2019 e 110/2019, que estabelecem mudanças mais profundas no sistema tributário brasileiro.

É possível que o momento em que vivemos uma crise em consequência de uma pandemia não seja o mais apropriado para a discussão de uma reforma tributária. Mas ela é sim necessária, porque o sistema tributário brasileiro é complexo, a carga tributária é pesada. No atual

sistema não se sabe quanto exatamente se paga de impostos. Tributa-se muito o consumo, se comparado com a tributação da propriedade, por exemplo.

***Júlia Lázaro, sócia da Mitfokus Soluções Financeiras**

Na vanguarda mundial, Brasil criará enorme bolsa de crédito

Há um novo evento, a implementação da duplicata escritural

Por Carlos Maggioli

07/10/2020 05h00 · Atualizado há 9 horas

O mercado de crédito está passando por uma revolução. Já podemos ver sinais disso com a proliferação de fundos dedicados a esta classe de ativo, nas suas mais variadas formas.

Porém, há um novo evento ainda mais poderoso acontecendo - a implementação da regulamentação que cria a duplicata escritural, ou seja, possibilita a emissão e o registro de duplicatas por meios eletrônicos (Resolução 4.815 do Banco Central e Circular 4.016).

Como comparativo, o mercado acionário iniciou sua revolução em 1990, com a Lei No. 8.021, que estabeleceu que as ações das companhias fossem mantidas em contas depósito, criando assim as ações escriturais. Isso acabou com as ações nominativas e a necessidade da guarda de papel e, desta forma, com a fraude. A tecnologia, por sua vez, acabou com as assimetrias de informações, fazendo com que um mercado que negociava R\$ 100 milhões por dia atingisse R\$ 25 bilhões por dia, em média, atualmente.

Hoje nossa capitalização bursátil está em torno de R\$ 4 trilhões e, segundo estimativas da CERC (Central de Recebíveis), o volume de recebíveis no Brasil chega a R\$ 7 trilhões! Assim, similar ao que aconteceu no mercado de ações, está surgindo

Em pouco tempo, criaremos o equivalente a quase duas novas bolsas em ativos privados de crédito.

Ao transacionar ações ou derivativos na B3, um investidor nunca questiona a idoneidade da transação, a existência de lastro e a certeza da liquidação. Sua única dúvida é se realizou (ou não) um bom negócio. Antes da Agenda BC# (na verdade o início se deu na agenda da administração passada, chamada BC+), que entre outras frentes criou a duplicata escritural, a incerteza na negociação de recebíveis era total. A fraude assombrou este mercado por anos, mercado esse que ainda conta com significativa falta de transparência e práticas desleais, como cobrança de tarifas que não compõem a negociação da taxa praticada na operação.

Estamos vendo o nascimento de um enorme mercado, que acabará com as máculas do passado, e que será dominado pela tecnologia. É um enorme ganho ao Brasil e seus empreendedores, pois permitirá a expansão da oferta de crédito até aos menores grupos econômicos - as famosas MEIs.

Erra quem acha que antecipação de recebíveis é realizada apenas por empresas em dificuldades. Em qualquer lugar do mundo, o financiamento à cadeia de suprimentos (supply chain finance) é praticado majoritariamente por grupos que buscam otimizar seu capital de giro. Grandes grupos, que atuam em negócios de margens cada vez mais competitivas, maximizam os ganhos dilatando prazos de pagamento. Fornecedores buscam formas de se financiar antecipando parte de seus recebíveis.

De acordo com o Sebrae, há no Brasil hoje 19,2 milhões de pequenas empresas divididas da seguinte forma: 10 milhões de microempreendedores individuais (MEI, faturamento até R\$ 81 mil/ano), 6,5 milhões de microempresas (ME, faturamento de até R\$ 360 mil/ano), 800 mil empresas de pequeno porte (EPPs, faturamento até R\$ 4,8 milhões/ ano) e 1,9 milhão de empresas caracterizadas como outras.

São muitos brasileiros que buscam formas de prosperar, financiar e crescer seus negócios, mas, infelizmente, é exatamente para este grande grupo que o crédito se torna mais escasso. Na maioria dos casos apela-se para o crédito pessoal, o mais caro, para financiar o capital de giro de sua pequena ou jovem empresa. É aí que um

Temos aqui uma incrível oportunidade, através do reconhecimento do registro centralizado de direitos creditórios e da procura por produtos de investimentos alternativos, de ampliar a oferta de crédito no Brasil, principalmente aos mais necessitados.

Carlos Maggioli é CEO da Quasar Flash International

E-mail: qflash@qflash.com.br

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Prepare qualquer receita com essa panela!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Pacotes com 25, 50, 75 ou 100 máscaras. Preço imperdível

HAYLO MÁSCARAS

LINK PATROCINADO

A chave para diminuir a próstata foi descoberto e custa barato.

PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Funciona mesmo? Nova técnica engrossa pele velha e estica pescoço flácido

NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Baixe todas as NFes emitidas contra seu CNPJ automaticamente!

ARQUIVEI



Baixe o app da Folha de S.Paulo de graça (<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt-BR>)

BAIXAR

FOLHA DE S.PAULO



Secretário de Guedes deve presidir braço de investimentos do BID

Governo articula ida de Carlos da Costa para comando de instituição que atende ao setor privado

7.out.2020 às 14h30

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/10/08/>)

Bernardo Caram (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/bernardo-caram.shtml>)

Bruno Boghossian (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/bruno-boghossian.shtml>)

BRASÍLIA O secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, será indicado pelo governo brasileiro para presidir o BID Invest, instituição do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) que atende ao setor privado

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/bid-pode-ajudar-a-tirar-empresas-americanas-da-china-diz-candidato-dos-eua-ao-banco.shtml>).

De acordo com uma fonte que acompanha as negociações, Costa já conversa com o BID para que o convite para comandar o órgão seja formalizado.

O BID Invest é uma instituição multilateral tratada como filial independente do Grupo BID que investe em projetos privados pequenos e médios.



Secretário de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, em seu gabinete - Pedro Ladeira/Folhapress

Desde o fim do ano passado, articulações nos bastidores do governo indicavam que o secretário seria enviado para o órgão

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/governo-quer-liberar-precos-de-medicamentos-com-inovacao-incremental.shtml>). Costa, no entanto, vinha desconversando sobre essa possibilidade.

De acordo com o BID, o órgão faz investimentos em participações de até 33% do capital de empresas, sem assumir funções gerenciais ou administrativas nas companhias em que investe.

O BID Invest também atua em fundos de investimentos em participações. Ela canaliza esses recursos para fundos que aplicam em empresas de médio porte da América Latina e do Caribe que não têm outra fonte adequada de capital.

A possibilidade da nomeação é celebrada nos bastidores no Ministério da Economia. O ministro Paulo Guedes disse a interlocutores que a medida

pode destravar investimentos no Brasil (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/guedes-quer-mostrar-a-investidores-em-davos-que-brasil-tem-democracia-estavel.shtml>).

Outra nomeação considerada positiva foi a do ex-secretário de comércio exterior Marcos Troyjo, hoje presidente NDB (Novo Banco de Desenvolvimento), o banco dos Brics.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) OU na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

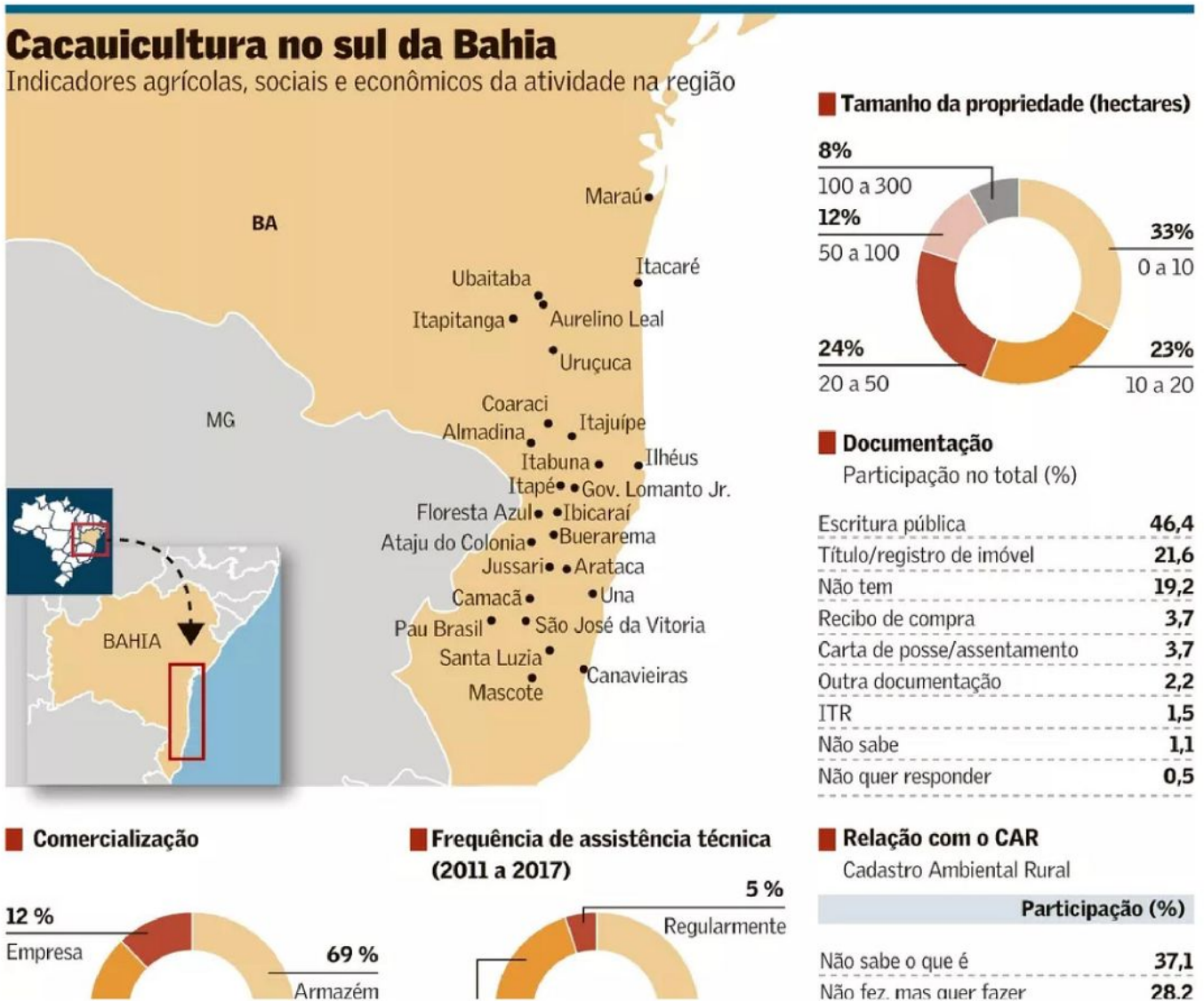
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/secretario-de-guedes-deve-presidir-braco-de-investimentos-do-bid.shtml>

Estudo expõe mazelas da produção de cacau no litoral sul da Bahia

Perfil traçado pelo Instituto Floresta Viva aponta desigualdades, mas vê potencial para ações de cooperação

Por **Camila Souza Ramos** — De São Paulo

08/10/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

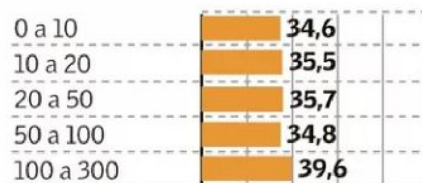


Atravessador
local**20 %**
OcasionalmenteNão
receberamNão fez/não quer fazer
CAR feito pessoalmente**3,6**
0,9**Indicadores por tamanho da propriedade****Produtividade**

Rendimento (arrobas/hectare)

**Acesso a crédito**

Em %

**Renda mensal da produção rural**

R\$, em 2018/19)



Fonte: Instituto Floresta Viva.

Com renda de até dois salários mínimos, mais de 50 anos, áreas pequenas em terras pouco regulamentadas, sem crédito nem assistência técnica e distantes de organizações coletivas, por isso dependentes de atravessadores.

Esse é o perfil médio dos produtores de cacau do emblemático litoral sul da Bahia, traçado pelo Instituto Floresta Viva. O estudo contou com apoio da indústria de cacau e chocolates e foi concluído após quatro anos de visitas a mais de 3 mil proprietários da região.

Realizado entre 2015 e 2019, o "Panorama da Cacaucultura no Território Litoral Sul da Bahia" expõe diferenças profundas entre os produtores, evidenciadas por desigualdade de renda, tamanho das propriedades e nível de emprego de mão de obra, por exemplo.

Segundo Rui Barbosa da Rocha, presidente do Instituto Floresta Viva - que coordenou o estudo com apoio do CocoaAction Brasil, coalizão da indústria para fomentar a cadeia no país -, o cenário geral reflete ao menos 30 anos de declínio econômico da cadeia produtiva, que no auge catapultou a região ao patamar de países que se tornaram protagonistas no mercado global, como Costa do Marfim e Gana.

Na safra 2017/18, a renda média mensal domiciliar dos produtores (soma dos ganhos com a produção da propriedade e outras fontes de renda) foi de R\$ 3.211,

metade dos cacauicultores recebeu menos que R\$ 1.606, valor abaixo de dois salários mínimos.

São números que ficaram aquém da situação econômica média na Bahia. Naqueles anos, a renda média dos baianos foi de R\$ 3.618,10, mas 60% da população recebeu até R\$ 2.319,33, segundo dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

Para os produtores da região, só o cacau não garante renda. As famílias de produtores com propriedades de até 50 hectares, que representam 80% das propriedades visitadas, têm nas aposentadorias sua principal fonte de receita, que representam mais de 40% da renda mensal.

Se for considerado só o ganho da produção rural (da qual o cacau é uma das atividades), a renda média mensal chegava a R\$ 1.414. Nas propriedades de até 20 hectares, eram até R\$ 771,15.

Como se trata da primeira pesquisa desse porte com foco na cacauicultura da região, não há comparação histórica, mas Rocha diz que houve um empobrecimento iniciado no fim da década de 1980, quando os preços internacionais colapsaram e caíram de US\$ 5 mil para US\$ 1,1 mil a tonelada no início dos anos 1990.

A essa crise somaram-se componentes nacionais, como o enxugamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), a expansão da vassoura-de-bruxa, o endividamento dos produtores e a valorização do salário mínimo - além de uma estiagem que se arrastou por quatro anos.

Para a indústria, essa crise reduziu a oferta. A produtividade média estava em 12,3 arrobas por hectare na região, com índices ligeiramente maiores em sistemas a pleno sol (sem outras espécies ao lado), de 15 arrobas por hectare - resultados inferiores aos do passado, de 40 arrobas o hectare.

A baixa produtividade reflete a falta de manejo, além da distância da assistência técnica e do crédito rural. A pesquisa revelou que 56% dos produtores nunca realizaram análise de solo, e só 2% fazem isso todo ano. O controle do fungo da

forma por 39% das propriedades, e só 11% adotam clones resistentes, a melhor forma de controle.

A pesquisa também mostra a falta de apoio aos cacauicultores, que enfrentam a situação sozinhos. Dos pesquisados, 75% nunca receberam assistência técnica e 63% nunca viram a cor de um financiamento. Além disso, 66% estão fora de organizações rurais - e, dos que fazem parte de alguma, apenas 8% integram cooperativas. As vendas são feitas majoritariamente para atravessadores e armazéns (88%), que pagam 6% menos que as indústrias.

Conforme Rocha, a pesquisa mostra que há um “espaço enorme” para iniciativas de cooperação, que podem ocupar espaço tanto na assistência técnica como no apoio às vendas. Historicamente, porém, não há esse envolvimento porque, nas décadas de 1970 a 1990, as organizações eram fomentadas pelo governo para facilitar a concessão de crédito, que acabaram resultando em endividamento e prejuízo aos produtores, explica ele.

Mas Rocha acredita que há espaço para retomar essas iniciativas, embora seja necessário o apoio da indústria. “As empresas podem criar condições preferenciais para cooperativas e grupos organizados na compra dos produtos”, disse.

Apesar da situação vulnerável, a cacauicultura manteve, em geral, a ocupação territorial no litoral sul da Bahia desde 1990. O estudo contabilizou um avanço de pastos por 70 mil hectares entre 1990 e 2010 (houve uma pequena redução até 2018), enquanto a área de floresta diminuiu 3,8 mil hectares entre 2010 e 2018 - menos do que o esperado, afirma Rocha.

Segundo ele, as condições topográficas, climáticas e de solo da região desfavorecem a migração para a pecuária e para culturas temporárias. As tradições familiares, acrescenta, seguravam os produtores na atividade, mas a saída dos jovens do campo impõe mais um desafio à cacauicultura.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Mercados sofrem com indefinição na cena fiscal e ruídos políticos

Ibovespa fecha em leve queda e dólar volta a R\$ 5,62 em momento de cautela

Por **Marcelo Osakabe, Lucas Hirata, Marcelle Gutierrez e Victor Rezende** — De São Paulo

08/10/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

Os ruídos políticos em torno do programa social Renda Cidadã deixaram o investidor, mais uma vez, na defensiva. Informações sobre os rumos das contas públicas mantiveram o câmbio e a bolsa pressionados mesmo após o ministro da Economia, Paulo Guedes, negar uma possível extensão do estado de calamidade pública ou do auxílio emergencial no país.

O dólar comercial encerrou em alta de 0,64%, a R\$ 5,6263, depois de registrar a máxima intradiária de R\$ 5,6380. Mais uma vez, o real destoou de pares emergentes, que ganharam terreno, em sua maioria, beneficiados por um recuo parcial do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que permitiu a negociação de um pacote de ajuda ao setor aéreo no país.

Já o Ibovespa fechou em queda de 0,09%, aos 95.526 pontos, com giro de R\$ 18,3 bilhões - abaixo da média diária no ano, de R\$ 20,5 bilhões. Na mínima do dia, o índice chegou a escorregar a 94.881 pontos.

O susto que levou o índice para a mínima e puxou a alta do dólar, durante a manhã, veio da notícia de que o governo cogitava propor a extensão do auxílio emergencial e do estado de calamidade pública, possivelmente até junho do ano que vem.

afirmou que a articulação pela prorrogação do auxílio não existe e que o plano, bem como o estado de calamidade, se encerram em dezembro.

A iniciativa de Guedes, no entanto, não foi suficiente para acabar com a tensão do dia. De acordo com o gestor da Grou Capital Tiago Sampaio Cunha, existe um clima de desconfiança no mercado. “A postura mudou no mercado. O mercado já não acredita na agenda de privatizações e reformas apenas nos discursos, precisa de fatos concretos para colocar no preço”, explica.

Segundo apurou o **Valor**, a decisão sobre o Renda Cidadã deve ficar mesmo para depois das eleições. Até lá, o governo e as lideranças aliadas terão tempo de discutir qual o melhor formato de financiamento. A ideia de romper com o teto está descartada, afirmou um interlocutor.

Em carta referente a setembro, a Verde Asset aponta, inclusive, para a necessidade de o auxílio emergencial ser descontinuado a partir de janeiro. Um estudo feito pela gestora mostra que, com base em microdados, em agosto o valor do programa “poderia ter sido de R\$ 188 por adulto para que, na média dos domicílios que o receberam, a renda efetiva fosse exatamente a renda que o domicílio recebia habitualmente”. A Verde destaca ainda que, de agosto até agora, o grau de mobilidade deve ter aumentado “e provavelmente deve continuar subindo conforme o controle da pandemia se consolida”.

Na avaliação da gestora, portanto, “a decisão acertada do ponto de vista fiscal e do propósito do programa é a de efetivamente descontinuar o programa a partir de janeiro, sem que isso tenha impactos profundos na renda recebida em relação ao que se observava antes da pandemia”. Os ruídos em torno da questão fiscal, contudo, têm deixado o mercado em dúvida quanto ao compromisso real do governo em deixar a dívida pública em uma trajetória sustentável.

No mercado de juros, as taxas de curto prazo recuaram. No entanto, nos trechos de mais longo prazo, os juros se mantiveram em alta, também com o investidor se antecipando ao leilão do Tesouro hoje. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022 caiu de 3,36% para 3,26%. Já a do DI para janeiro de 2027 subiu de 7,56% para 7,60%.

Não há discussão para estender auxílio em 2021, afirma Guedes

Ministro também disse que o estado de calamidade se encerra neste ano

Por **Fabio Graner e Matheus Schuch** — De Brasília

08/10/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas





Guedes: nem auxílio emergencial nem estado de calamidade seguirão em 2021 — Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo

O ministro da Economia, Paulo Guedes, negou ontem que haja articulação para prorrogar o auxílio emergencial no início do ano que vem. A informação sobre a discussão foi publicada no site da revista “Veja” e repercutiu negativamente no mercado, levando o ministro a se posicionar. “O plano de auxílio e o estado de calamidade se encerram em dezembro. Não há prorrogação da calamidade. Essa articulação pela prorrogação do auxílio não existe. O ministro descredencia qualquer informação nesse sentido”, afirmou Guedes a jornalistas.

Horas depois, o presidente Jair Bolsonaro fez novo gesto de apoio a Guedes. “Eu acredito nos meus 23 ministros, por isso fomos um dos países que melhor se saíram na pandemia”, discursou. “O nosso país teve o arrojo de, com a lealdade de Paulo Guedes, tomar providências. O governo trabalhou unido, graças à liberdade que vocês [ministros] têm.”

Em meio às dúvidas sobre a formatação do programa Renda Cidadã e o comprometimento do governo com o teto de gastos, Bolsonaro disse que respeita contratos, garantiu que não quer “dar um jeitinho para isso ou para aquilo” e criticou as reações negativas do mercado. “Me surpreende o mercado se agitar quando alguém do segundo escalão diz alguma coisa. A palavra final sobre economia é minha e do Paulo Guedes.”

Em evento promovido pelo Itaú BBA, Guedes defendeu que, após uma queda do PIB em 2020, o país tem condições de crescer cerca de 3% no próximo ano. Segundo fontes que participaram do encontro, ele reforçou que a economia brasileira está voltando com força e que a recuperação é generalizada entre os setores.

(Colaboraram Fabio Murakawa e Daniel Rittner)

Opção similar ao Orçamento de guerra entra em cena

Proposta em discussão com Congresso prevê modelo similar ao do Orçamento de Guerra

Por **Fernando Exman, Fabio Murakawa e Fabio Graner** — De Brasília

08/10/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

O governo Jair Bolsonaro negocia com o Congresso um mecanismo permanente dentro da PEC do Pacto Federativo semelhante ao Orçamento de Guerra, que foi criado para o combate aos efeitos da pandemia. Segundo uma alta fonte da área econômica, a ideia é construir uma ferramenta estrutural e não é um subterfúgio para se abandonar o teto de gastos no próximo ano. A possibilidade de uso desse mecanismo em 2021 está no radar apenas em caso de uma segunda onda forte de covid-19, como ocorre em alguns países.

Em outra frente, a equipe econômica avalia ideias como a criação de um fundo com os recursos que forem obtidos com privatizações de algumas estatais e venda de imóveis da União. O objetivo é viabilizar investimentos em infraestrutura e programas sociais. O plano principal do governo, segundo uma fonte, continua sendo abater dívida. No entanto, essa seria uma fórmula que, em tese, poderia atrair o apoio da classe política, hoje refratária às privatizações. O governo promoveria não só uma transferência de renda como também faria um programa de transferência de riqueza, dando certificados (semelhante a uma ação) lastreados nessas empresas.

A despeito das dificuldades do governo em acelerar seu plano de desestatização,

tanto em relação às estatais quanto aos imóveis. Esse relatório foi produzido ainda na gestão de Salim Mattar na Secretaria de Desestatização. Ele deixou a pasta justamente porque não conseguia avançar com o plano, pelas resistências principalmente do Congresso, que por ora só aceita quebrar o monopólio dos Correios, passo preliminar para a venda da empresa postal.

Mesmo assim, permanece a intenção de avançar com algumas operações de vendas de companhias para o setor privado. Além dos Correios, a prioridade da área econômica para quando a política destravar a agenda é se desfazer do Porto de Santos, Eletrobras e PPSA. Nesse último caso, a venda na verdade é dos contratos relativos ao petróleo do pré-sal, em que uma única área concedida poderia render R\$ 100 bilhões ao governo.

Enquanto as privatizações seguem travadas, a equipe econômica centra esforços em concluir a agenda de marcos regulatórios, como gás, cabotagem, setor elétrico, petróleo, dando sequência ao saneamento que, na visão do governo, já está produzindo resultados, como o leilão em Alagoas.

Mas a dimensão que ainda mobiliza a maior energia do time do ministro Paulo Guedes é a fiscal. A batalha é por garantir que no ano que vem se volte completamente para o regime do teto de gastos. Há um processo de costura política para tentar garantir que o novo programa social do governo, o Renda Brasil (ou Renda Cidadã, o nome ainda está sendo definido), seja construído sem romper o limite de despesa constitucional.

Guedes tem se associado com os articuladores políticos, como o ministro das Comunicações, Fábio Faria, para alinhar esse discurso com outras áreas do governo e tentar diminuir os ruídos que têm impulsionado os juros no mercado. Fontes garantem que o presidente Bolsonaro está fechado com esse compromisso e que, se for para quebrar o teto, não haverá novo programa social e seguirá valendo o Bolsa Família, como ele mesmo chegou a verbalizar quando vazou a proposta de desindexação do salário mínimo e da Previdência.

A leitura é que não é possível abrir mão do teto nem mesmo de forma limitada para um programa social meritório, sob pena de os investidores ficarem ainda mais

Interlocutores destacam que o Brasil, a China e a Coreia do Sul estão tendo a mais veloz recuperação entre os emergentes atingidos pela crise do coronavírus. E que o juro no Brasil só não caiu mais devido aos ruídos que foram gerados em torno do teto de gastos nos últimos meses.

Também segue na lista de prioridades a reforma administrativa, e a equipe econômica ainda não desistiu de ações para atingir os atuais funcionários públicos, como cortes de supersalários, que poderiam ser inseridos dentro da PEC Federativa ou da Emergencial, abrindo espaço fiscal para o Renda Cidadã dentro do teto de gastos.

O plano fiscal também contempla revisão de benefícios tributários e a reforma de impostos e contribuições, como a taxaço de lucros e dividendos, a desoneração da folha compensado com um tributo sobre transações.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador o tratamento indolor para joanete mais eficiente do Brasil.

MÉTODO HALLUX

LINK PATROCINADO

Os luxos de Edir Macedo que são inacreditáveis!

DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

O novo carro de Priscilla Fantin mostra quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

LAWYERS FAVORITE

LINK PATROCINADO

Logo após o parto, ela sente algo estranho debaixo do cobertor e imediatamente começa a chorar

TRENDSATCHERS

LINK PATROCINADO

Pacote traz 52 medidas para simplificar aviação geral

As ações afetam principalmente pilotos, mecânicos, instituições de ensino e empresas de pequeno porte

Por **Daniel Rittner, Fabio Murakawa e Matheus Schuch** — De Brasília

08/10/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

O governo federal lançou ontem um pacote com 52 medidas para simplificar regras da aviação geral. As ações afetam principalmente pilotos, mecânicos, instituições de ensino e empresas de pequeno porte. Não há iniciativas voltadas às grandes companhias aéreas.

Entre as mudanças, o governo está mudando o processo de certificação de aeródromos privados. Novos empreendimentos não precisarão mais de autorização prévia para sair do papel. Hoje, quem tem planos de construir até mesmo uma pequena pista de pouso e decolagem tem, antes, que tramitar um pedido de aval na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Outra promessa é facilitar a habilitação e a renovação dos brevês de pilotos, sem abrir mão do rigor nas avaliações. Atualmente, só 13 localidades em sete Estados são credenciadas para a realização de provas. Todos os anos há necessidade de renovação. A partir de agora, todos os Estados terão locais para provas -- serão mais de 50 já neste ano. Os brevês não terão mais validade e a Anac fiscalizará conforme o gerenciamento de risco.

sofrimento”, disse o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, que discursou no lançamento das medidas, em solenidade no Palácio do Planalto. O pacote recebeu o nome de Voo Simples.

Estão sendo simplificadas as exigências para empresas de táxi aéreo. A ideia é permitir que novos operadores de pequeno porte entrem no mercado para que, com um custo mais baixo, prestem serviços de transporte aéreo e aumentem a oferta de mobilidade nas áreas menos atendidas. Entre os destaques do Voo Simples, está também a simplificação dos processos para fabricação, importação ou registro de aeronaves. Hoje o processo demanda muitas fases, podendo levar meses para se importar e registrar um avião no país.

O programa também traz iniciativas que auxiliarão o agronegócio e a aviação agrícola, que é responsável por borrifar produtos químicos sobre as plantações. Quanto à manutenção de aeronaves, a ideia é permitir o uso de um auxiliar de mecânico de manutenção, sob supervisão remota, para operação aeroagrícola. Isso vai permitir que um mecânico de aviação que esteja mais próximo da aeronave possa prestar os serviços necessários de forma rápida, sem que seja necessário, como é hoje, deslocar um mecânico de um centro de manutenção, o que pode demorar dias ou até semanas.

Para o diretor-presidente da Anac, Juliano Noman, trata-se de “mudar o que era desnecessário” e travava o desenvolvimento da aviação. “Tirar da frente o que é burocracia e focar no que importa”, afirmou o chefe da agência reguladora.

Durante a cerimônia, foram revogados decretos presidenciais sobre os Sistemas Integrados de Transportes Aéreo Regional (SITAR), que definem procedimentos detalhados para um proprietário ou comandante da aeronave estrangeira solicitar a autorização de pouso ou sobrevoos no país.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Vem aí o Amazon Prime Day

AMAZON.COM.BR

Piora das condições financeiras coloca recuperação em risco

Retomada mais firme pode ser abalada pela deterioração de ativos como juros, câmbio e ações, devido ao aumento dos riscos fiscais

Por **Arícia Martins e Victor Rezende** — De São Paulo

08/10/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas



Cassiana Fernandez: Preços embutem probabilidade grande de o governo não conseguir manter a credibilidade fiscal — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Os dados correntes da atividade continuam a mostrar reação firme, mas a retomada em "V" de boa parte da economia pode ter vida curta. Segundo economistas, se mantido no nível atual, o aperto recente das condições financeiras como reflexo do aumento do risco fiscal terá efeito contracionista em 2021, especialmente no início do ano - quando já há pouca clareza sobre o ritmo do Produto Interno Bruto (PIB) após o fim dos auxílios e com um mercado de trabalho ainda fraco.

Mensurado em desvios-padrão acima ou abaixo da média histórica, o Índice de Condições Financeiras (ICF) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) terminou ontem em 1,02, depois de ter ficado os últimos 13 dias também acima de 1. Números abaixo de zero indicam condições financeiras frouxas, e, acima dessa linha divisória, apertadas. Em setembro, o índice começou o mês em 0,79.

Mais apertadas

Evolução diária do Índice de Condições Financeiras do Ibre/FGV*



Fonte e elaboração: Ibre/FGV *Em pontos acima da média histórica

O ICF agrega componentes de preços (commodities, petróleo e câmbio, por exemplo), de confiança e incerteza econômica, e variáveis do mercado financeiro,

curva de juros, duramente afetada pela incerteza sobre a trajetória das contas públicas. Juros mais altos encarecem empréstimos. Um câmbio muito volátil e muito desvalorizado tira a previsibilidade das empresas que exportam e importam, além de encarecer as compras externas de bens de capital. Ações em baixa tendem a afetar a capacidade das empresas de investir e de levantar recursos.

Por medirem retornos de ativos financeiros com capacidade de prever a atividade econômica futura, além de conter as expectativas dos agentes, as condições financeiras são consideradas um bom antecedente do PIB um trimestre à frente. Por isso, a deterioração de agosto e setembro afetaria o nível de atividade no começo de 2021, um período já complicado devido à retirada dos estímulos, diz a pesquisadora Luana Miranda, uma das responsáveis pelo ICF do Ibre/FGV.

“Hoje vemos o varejo respondendo muito bem aos auxílios e a indústria reclamando da falta de insumos para atender a demanda, mas a grande questão é como a economia estaria rodando sem essas medidas”, pondera Luana.

Dados mais recentes confirmam que a retomada se manteve: o Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) da indústria brasileira atingiu nível recorde de 64,9 em setembro, vindo de 64,7 em agosto. Já o PMI do setor de serviços subiu de 49,5 para 50,4 na passagem mensal, primeira alta em sete meses. Números acima de 50 indicam expansão do nível de atividade.

Setembro foi positivo também para o setor automotivo, segundo balanço divulgado ontem pela Anfavea (entidade que reúne as montadoras). Após ajuste sazonal feito pela LCA Consultores, a produção de veículos cresceu 16,2% em relação ao mês anterior. Os licenciamentos avançaram 8,3%.

Já as condições financeiras indicam quadro inverso. Apesar da Selic nas mínimas históricas, a curva de juros tem se mostrado bastante inclinada, ou seja, o nível das taxas de longo prazo está bem acima dos juros de curto prazo.

A diferença entre os juros de um ano e os de cinco anos, que chegou a ser inferior a dois pontos percentuais antes da pandemia, agora já está acima de quatro pontos. Enquanto as taxas de curto prazo costumam ser guiadas pelas perspectivas para a

De acordo com Cassiana Fernandez, economista-chefe para Brasil do J.P. Morgan, os preços do mercado embutem probabilidade muito grande de o governo não conseguir manter a credibilidade na política fiscal, não respeitando o teto e sem ter alternativas de médio e longo prazo que deem credibilidade à trajetória da dívida pública. “Sem essas medidas, o país entra em uma trajetória explosiva de dívida, o prêmio de risco teria de ser ainda maior e o impacto na confiança dos agentes também seria mais alto”, aponta Cassiana.

Segundo os economistas Carlos Kawall, Gustavo Ribeiro e Leonardo Costa, do ASA Investments, mantidos os níveis atuais de juros futuros, risco-país, Ibovespa e outros indicadores, o crescimento em 2021 seria de 1,2%. A projeção atual é de 2,1%.

“As consequências de se flexibilizar ou burlar o teto de gastos podem, contudo, ser ainda mais sérias e nos colocar numa trajetória de recessão, o que poderia acontecer se as condições financeiras observarem nova deterioração de magnitude similar à das últimas duas semanas”, alertam Kawall, Ribeiro e Costa.

Luana, do Ibre/FGV, observa que o “vaivém” de propostas do governo para um programa de renda básica substituto do Bolsa Família trouxe muita volatilidade aos mercados, levantando dúvidas sobre quais serão suas fontes de financiamento e acerca da sobrevivência do teto. Enquanto esse impasse não for resolvido, não é possível vislumbrar melhora das condições financeiras, diz ela, o que coloca viés de baixa na estimativa atual do Ibre de crescimento de 3,5% para 2021.

Essa também é a avaliação do economista-chefe da Truxt Investimentos, Arthur Carvalho. A gestora, no momento, trabalha com alta de 3% para o PIB no próximo ano, mas alerta que há riscos de crescimento menor. “Além das condições financeiras, o grau de incerteza, que é refletido, por exemplo, na volatilidade do câmbio, também eleva os riscos de que não tenhamos uma recuperação tão forte dos investimentos”, acrescenta Carvalho.

Do lado positivo, em sua visão, parte da poupança acumulada neste ano pelas famílias mais ricas pode virar consumo no ano que vem. Esse fator, junto a um programa de transferência de renda que não levante questionamentos sobre a sustentabilidade da dívida, pode ser suficiente para gerar crescimento de 3% em

Já Cassiana, do J.P. Morgan, afirma que sua projeção de avanço menor do PIB no período, de 2,5%, reflete maior ceticismo quanto a uma solução de médio prazo para a questão fiscal. “Por mais que eu acredite que o governo vá respeitar o teto, ainda tenho muitas dúvidas sobre se ele vai conseguir aprovar reformas de médio prazo que permitam passar uma credibilidade maior de que manterá uma trajetória sustentável da dívida pública.”

Em um cenário de gastos públicos mais elevados no próximo ano, a economista avalia a possibilidade de um aperto ainda maior nas condições financeiras, o que mais que compensaria “0,5 ponto ou 0,6 ponto” a mais no PIB de uma possível decisão do governo de gastar acima do teto” em termos de crescimento.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Vem aí o Amazon Prime Day

AMAZON.COM.BR

LINK PATROCINADO

Os luxos de Edir Macedo que são inacreditáveis!

DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador o tratamento indolor para joanete mais eficiente do Brasil.

MÉTODO HALLUX

LINK PATROCINADO

O novo carro de Priscilla Fantin mostra quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

LAWYERS FAVORITE

LINK PATROCINADO

Mãe nota algo estranho no cobertor de sua filha recém-nascida e começa a chorar de emoção

TRENDSATCHERS

Renda Cidadã só deve avançar após eleição

Bolsonaro não quer falar de medidas polêmicas e imposto antes de pleito municipal

Por **Fabio Murakawa, Fabio Graner e Fernando Exman** — De Brasília

08/10/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

O governo acredita que o impasse em torno do financiamento do Renda Cidadã (ou Renda Brasil) só terá uma solução após as eleições. Na visão tanto do núcleo político quanto da equipe econômica, o momento é de negociar com lideranças do Congresso as alternativas dentro do teto de gastos.

Relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, o senador Marcio Bittar (MDB-AC), reforçou ontem que o programa social bolsonarista será incluído em seu relatório, semana que vem.

Mas auxiliares próximos do presidente Jair Bolsonaro estão convencidos que o relatório não especificará as fontes de recurso, que é a grande causa de preocupações nos investidores.

Na opinião dessas fontes, a proximidade com as eleições aumenta as turbulências e atrasa o cronograma de reformas importantes. É desejo do governo acelerar esse processo, mas o presidente e sua equipe entenderam que “a onda da eleição está engolindo todo mundo” e travando o debate.

O governo acredita que será capaz de chegar a um acordo para financiar o Renda Cidadã e entende que só não o fez por causa do pleito. O presidente não quer falar

A opção, no momento, é fazer uma aproximação com o Congresso e outros atores políticos, em vez de brigar publicamente por causa de propostas. Assim foi interpretado o jantar de reconciliação entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Há claramente um esforço de operadores políticos de Bolsonaro de passar uma mensagem de que o ministro da Economia ainda é a voz mais importante nesse tema, com respaldo integral de Bolsonaro.

Em reuniões internas, Guedes insiste que a solução para não furar o teto é travar despesas. E que cabe à política fazer uma opção sobre como isso será feito. Tecnicamente, acredita o ministro, já existem soluções. Para ele, o ideal seria fazer o chamado 3D orçamentário: desindexação, desvinculação e desobrigação de despesas da União.

Mas, se o Congresso não desejar isso, há outras alternativas. Uma delas é cortar o abono salarial, o que geraria uma economia de R\$ 20 bilhões. Isso permitiria aumentar em até R\$ 70 os benefícios do atual Bolsa Família, que saltariam de R\$ 190 mensais para R\$ 260, pois a cada R\$ 10 bilhões de espaço fiscal, nas contas dos técnicos, pode-se adicionar em R\$ 35 o valor médio do benefício social.

Diante da resistência a se cortar definitivamente o abono, surgiu a alternativa de restringir o programa para quem ganha mais de 1,4 salário mínimo - seria possível reajustar o benefício para R\$ 225. As deduções de gastos da classe média com saúde e educação, se cortadas integralmente, poderiam render economia total de R\$ 40 bilhões. Com isso, seria possível reajustar em até R\$ 140 o Bolsa Família, fazendo um Renda Cidadã de R\$ 330, embora nesse caso não se resolve o problema de falta de espaço no teto.

Na interpretação de fontes graduadas do governo, Bolsonaro deu um recado de que não está disposto a furar o teto de gastos para criar o seu programa social, ao dizer há cerca de 20 dias que o tema Renda Brasil estava vetado. Se a opção for furar o teto, então melhor ficar com o Bolsa Família como ele está.

Guedes, por sua vez, não quer mais se comprometer com prazos para realizar metas como reformas. Ele acredita já ter prontos projetos para mudar o sistema

Há uma grande preocupação em manter o esforço fiscal, voltando à normalidade do teto de gastos em 2021 e caminhando para a redução do déficit fiscal nos próximos anos para entre 1% e 2%, depois do saldo negativo de 12% do PIB das contas do que se prevê para 2020. Por isso que os técnicos reforçam a necessidade de se adotar as medidas para reduzir despesas, como o corte de supersalários e a desindexação de benefícios, ainda que seja feita de forma parcial.

A desoneração ampla da folha é tratada como uma medida para fomentar o emprego e reduzir a informalidade. Há uma insatisfação sobre as críticas ao tributo que vem sendo chamado de “nova CPMF”. Uma fonte diz que a sua cumulatividade sobre transações é bem menor do que a da contribuição sobre a folha de salários. A leitura é que ele terá um papel importante de alcançar pessoas super-ricas que operam na informalidade e mesmo na ilegalidade. Segundo uma fonte, transações como compra de imóveis só terão validade jurídica se o tributo for recolhido.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Os luxos de Edir Macedo que são inacreditáveis!

DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador o tratamento indolor para joanete mais eficiente do Brasil.

MÉTODO HALLUX

LINK PATROCINADO

O novo carro de Priscilla Fantin mostra quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

LAWYERS FAVORITE

LINK PATROCINADO

Logo após o parto, ela sente algo estranho debaixo do cobertor e imediatamente começa a chorar

TRENDSATCHERS

LINK PATROCINADO

São Paulo transfere responsabilidade por ICMS-ST

Entendimento está em consulta feita à Secretaria da Fazenda paulista

Por **Laura Ignacio** — De São Paulo

08/10/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas



Douglas Campanini: Fisco paulista tenta proteger caixa do Estado — Foto: Luis Ushirobira/Valor

No Estado de São Paulo, se o remetente da mercadoria não recolher o ICMS do regime de substituição tributária (ICMS-ST), o contribuinte destinatário será responsabilizado pelo pagamento do imposto, além de multa. O entendimento está na Resposta da Secretaria da Fazenda (Sefaz) paulista à Consulta Tributária nº 22.085. Publicada recentemente, a interpretação orienta a fiscalização e contribuintes.

Do total arrecadado de ICMS em 2019, o valor referente ao imposto recolhido por substituição tributária foi de R\$ 28,42 bilhões ou 19,7% do total de ICMS levantado no ano passado. Neste regime, uma empresa - em geral, fabricante ou importador - recolhe o ICMS antecipadamente ao governo pelas demais empresas da cadeia produtiva, o que facilita a fiscalização e acelera a entrada de dinheiro nos cofres públicos.

A consulta à Sefaz foi feita por um supermercado proprietário de uma rede de postos de combustíveis. A empresa adquire o produto de diversas distribuidoras para revenda. Diante do cenário atual, queria saber da Fazenda estadual se seria responsável solidária, caso algum de seus fornecedores não recolhesse corretamente o ICMS por substituição tributária.

Ao responder, a Fazenda baseou-se no Regulamento do ICMS do Estado. O artigo 267 da norma estabelece que não recolhido o imposto pelo sujeito passivo por substituição, o débito não declarado poderá ser exigido do contribuinte substituído (revendedor) em razão de fraude, dolo (intenção) ou simulação, por meio de auto de infração. Nos demais casos, será cobrado via notificação, cujo não atendimento acarreta autuação fiscal.

A Sefaz diz que a pandemia impactou, naturalmente, índices de inadimplência de contribuintes dos setores mais afetados. Segundo o órgão, em 2019, as autuações que englobam as hipóteses previstas no artigo 267, em que o débito foi exigido do contribuinte substituído, resultaram em 63 autos de infração, enquanto neste ano, até agosto, foram aplicados 12.

O Fisco em São Paulo tem adotado o posicionamento explicitado na resposta à consulta para tentar proteger o caixa do Estado, afirma Douglas Campanini, sócio diretor na Athros Auditoria e Consultoria. "Esta tentativa é louvável, mas não pode ser feita a qualquer custo", diz.

Se os revendedores identificam algum erro praticado pelo substituto, devem notificá-lo da ocorrência para que tomem as providências cabíveis, segundo Campanini. “Não há nesta figura a ‘transferência de responsabilidade’, pois a lei atribui expressamente ao substituto esta obrigação”, diz. Ele acrescenta que o Fisco tenta responsabilizar o revendedor por não conseguir cobrar do substituto.

Campanini lembra que o Estado de São Paulo tem aplicado esta regra quando o fornecedor (substituto tributário) é considerado inidôneo. “Como o Estado não consegue cobrar do substituto, alega a figura da responsabilidade solidária para cobrar do substituído, argumentando que este deveria ‘se informar’ sobre com quem transaciona e ‘tomar cuidado’”, afirma. Nesses casos, diz Campanini, se não fica comprovado nos autos que o revendedor agiu de boa-fé, é mantida a exigência.

Ainda que se possa cobrar do revendedor o ICMS não recolhido pelo fornecedor, tal responsabilidade nunca será solidária, para o tributarista Eduardo Pugliese Pincelli, sócio do Schneider, Pugliese Advogados. “Pelo artigo 128 do Código Tributário Nacional, a lei ordinária pode excluir a responsabilidade do contribuinte substituído ou atribuir responsabilidade supletiva”, diz.

Na responsabilidade solidária se compartilha o ônus. Já na supletiva, apenas é possível cobrar o contribuinte substituído (no caso concreto, o supermercado), após a cobrança do substituto (fornecedores de combustível) ser frustrada.

“Assim, com exceção da hipótese de dolo, fraude ou simulação, a cobrança do ICMS-ST do substituído tributário deve ser precedida da tentativa e frustração da cobrança conforme já decidiu o Tribunal de Impostos e Taxas - TIT em algumas oportunidades”, afirma Pugliese.

Em uma decisão do TIT, que afastou a cobrança, os juízes declararam que a notificação seria requisito essencial para a validade da exigência do imposto não retido pelo substituto. “Somente se não cumprisse a notificação, dentro do prazo estipulado, é que ficaria sujeito a autuação pelo descumprimento desse dever legal”, diz a decisão (processo DRT 4.037.714-3).

Por nota, a Sefaz afirma que embora existam decisões afastando a exigência, esta não tem sido a posição que prevalece na Câmara Superior do TIT. Destaca que a resposta à consulta atende especialmente casos de débito não declarado.

Secretário Carlos Da Costa deve ir para braço do BID

Ida para o BID Invest é parte de estratégia da atual equipe econômica para ocupar funções importantes em bancos multilaterais

Por **Fernando Exman, Fabio Murakawa e Fabio Graner** — De Brasília

08/10/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

O governo vai indicar o secretário Especial de Emprego, Competitividade e Produtividade do ministério da Economia, Carlos Da Costa, para a presidência do BID Invest, braço para investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os procedimentos burocráticos ainda estão sendo realizados, mas já há uma costura política avançada com o novo comandante do BID, Mauricio Claver-Carone, que assumiu há pouco indicado pelos Estados Unidos, e outros países.

A nomeação, de acordo com uma fonte, é parte de uma estratégia da atual equipe econômica para ocupar funções importantes em bancos multilaterais para tentar levar o país a ser um “centro industrial” da América Latina. Para tanto, quer se reforçar financiamento a projetos de integração entre os países, como uma estrada que liga Brasil e Peru.

Essa abordagem seria supostamente diferente da era petista, de acordo com esse interlocutor, pois os governos passados tinham um objetivo de integração mais política, e não econômica. Nesse sentido, essa mesma fonte citou também a

embora seja importante lembrar que essa posição já estava prevista para ser ocupada pelo Brasil em 2014, quando foi assinada a criação do banco.

Costa foi um dos primeiros auxiliares a fazer parte da equipe do ministro Paulo Guedes, mas nos últimos meses os dois tiveram alguns atritos. Por isso, sua saída já vinha sendo ventilada pelo governo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Vem aí o Amazon Prime Day

AMAZON.COM.BR

LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador o tratamento indolor para joanete mais eficiente do Brasil.

MÉTODO HALLUX

LINK PATROCINADO

Ex de Tom Brady finalmente fala o que pensa de Gisele

DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

O novo carro de Priscilla Fantin mostra quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

LAWYERS FAVORITE

LINK PATROCINADO

Logo após o parto, ela sente algo estranho debaixo do cobertor e imediatamente começa a chorar

TRENDSATCHERS

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Bradesco faz reestruturação no atacado, e chefe de banco de investimento deixa instituição

TCU libera uso de espaço no teto para gasto com abono

Decisão também vale para despesas com o seguro-desemprego

Por **Murillo Camarotto** — De Brasília

08/10/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou ontem o governo a utilizar espaços abertos no teto de gastos para realizar despesas com o abono salarial e o seguro-desemprego. Antecipado pelo **Valor** na semana passada, o aval do órgão de controle foi dado após o Ministério da Economia recorrer de uma decisão anterior, que restringia a aplicação das sobras a despesas exclusivas de combate à covid-19.

Relator do processo, o ministro Bruno Dantas reconheceu que há motivos suficientes para que o tribunal autorize, excepcionalmente, o remanejamento dos recursos para o pagamento das despesas com o abono e o seguro-desemprego, já que elas subiram por causa da pandemia. “Não se pode negar que essas despesas são fortemente impactadas pela crise econômica gerada pela covid-19 e que, em último caso, podem ser autorizadas por meio de créditos extraordinários”, disse o ministro. “Portanto, faz sentido, em caráter excepcional, entender que o remanejamento possa ser feito, tornando mais eficiente o caminho a ser percorrido pelo Executivo.”

A discussão começou quando o governo tentou deslocar, para ações de publicidade, os recursos previstos para o pagamento do Bolsa Família neste ano. Como os

por meio de créditos extraordinários -, o dinheiro ficou disponível para uso dentro dos limites do teto.

Em uma primeira avaliação, em agosto, TCU entendeu que a operação poderia configurar um descumprimento do teto de gastos, visto que o dinheiro sairia dos cofres públicos de uma maneira ou de outra. Ficou decidido, então, que em situações como essa o remanejamento só poderia ser feito para atender ações ligadas ao combate à pandemia “na mesma classificação funcional da dotação cancelada”.

O governo, por sua vez, argumentou que as regras do teto não preveem esse tipo de amarra. Enquanto a área desenvolvimentista, liderada pelo ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) chegou a defender o uso dos recursos até mesmo para obras públicas, a equipe econômica pediu que, ao menos, outras despesas afetadas pela pandemia pudessem ser atendidas. Um dos exemplos mencionados nos embargos foi o seguro-desemprego. Segundo o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 2º Bimestre, os gastos com abono salarial e seguro-desemprego passarão de R\$ 59,7 bilhões para R\$ 63,5 bilhões ao fim deste ano, na esteira da extinção de postos de trabalho.

“Ademais, outras despesas obrigatórias ou discricionárias poderão ser acrescidas devido à pandemia. Assim, o espaço fiscal no teto poderá ser utilizado para custear despesas dessa natureza”, informou o governo. Nesta semana, Dantas foi o anfitrião do jantar que ensaiou uma reaproximação entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Vem aí o Amazon Prime Day

[AMAZON.COM.BR](https://www.amazon.com.br)

LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador o tratamento indolor para joanete mais eficiente do Brasil.

[MÉTODO HALLUX](#)

Tributação e desestímulo à recuperação judicial

A tributação do haircut desestimula a recuperação de empresas em crise, na contramão do que determina o artigo 47 da Lei de Falências

Por Caio Malpighi

08/10/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

A pandemia de Covid-19 gerou impactos negativos à economia brasileira, trazendo consigo uma considerável diminuição de receita a diversos setores, de maneira a levar muitas empresas a buscarem a via da recuperação judicial, para se reerguerem e subsistirem.

Conforme artigo 47 da Lei de Falências, a recuperação judicial visa prover a superação da crise econômico-financeira da sociedade empresária devedora, para a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos direitos dos credores, tendo como norte o princípio da preservação da empresa, da sua função social, bem como o estímulo à economia.

A tributação do haircut desestimula a recuperação de empresas em crise, na contramão do que determina o artigo 47 da Lei de Falências

Optar pela recuperação judicial não é uma escolha fácil e, em contrapartida ao alívio das dívidas a serem reestruturadas, há uma série de limitações à gestão da empresa recuperanda. As concessões dos credores representam um esforço que só valerá a pena se a empresa em recuperação conseguir se reerguer, fim este que a lei falimentar visa garantir impondo um certo rigor na sua administração.

Um dos mais eficientes instrumentos para a reestruturação das dívidas na recuperação judicial é o chamado haircut, que consiste no perdão, pelos credores, de dívidas do recuperando, gerando a este uma diminuição ou eliminação do passivo e, conseqüentemente, um acréscimo patrimonial.

No que diz respeito aos efeitos fiscais do haircut, existe em tramitação no Senado Federal o Projeto de Lei nº 4.458/2020 que pretende isentar da tributação pelo PIS e pela Cofins estas receitas geradas com a diminuição do passivo perdoado.

Entretanto, pelo projeto, as receitas do haircut deverão compor a base de incidência do IRPJ e da CSLL. A atenuante é que esta receita não ficará sujeita à trava dos 30%, para ser compensada com prejuízos fiscais. Ainda, há a previsão de dedutibilidade das obrigações incorridas pela empresa em seu plano de recuperação judicial.

De toda sorte, atualmente, quando há um aumento líquido no patrimônio de um contribuinte, causado pela diminuição do seu passivo em virtude de perdão de dívida, a RFB entende que este aumento patrimonial é renda tributável pelo IRPJ e CSLL, conforme resposta à consulta proferida na Solução de Consulta nº 17 de 2010.

Tal entendimento é endossado por alguns julgamentos já realizados no âmbito do Carf, no sentido de que o perdão de dívida deve compor a base de cálculo do IRPJ e da CSLL (menciono o Acórdão nº 1401-001.114, da 4ª Câmara da 1ª Turma Ordinária do Carf).

Muito embora os efeitos tributários do gozo do perdão de dívida (da perspectiva do devedor) já tenham sido analisados pela RFB e pelo Carf, esta situação ainda não foi avaliada sob a égide de um devedor em recuperação judicial.

Assim, não obstante este entendimento (de que o perdão de dívida é receita contábil que, por trazer aumento líquido ao patrimônio do contribuinte beneficiado, deve compor o lucro fiscal), é certo que para os casos de recuperação judicial, devemos levar em consideração algumas peculiaridades, que tornam a receita do haircut intrIBUTÁVEL.

Como já mencionado, o haircut concedido na recuperação judicial só se dá com a finalidade exclusiva de preservar a existência da pessoa jurídica, para que esta

continue a gerar lucros, manter empregos e cumprir com sua função social, conforme determinado no artigo 47 da legislação falimentar.

Sem este perdão, a subsistência da empresa restaria prejudicada, de modo que tal receita não representa riqueza disponível. Não é disponível pois será empregada na manutenção da atividade empresarial, dentro dos ditames estabelecidos pelo plano de recuperação.

Pelo que diz o artigo 43 do Código Tributário Nacional, a exigência do imposto de renda pressupõe que, antes da sua tributação, a riqueza nova deva estar disponível, de modo que o contribuinte possa dar a ela a destinação que melhor lhe aprouver. Só assim haverá capacidade contributiva capaz de autorizar a tributação da renda. E, como se vê, não é o que ocorre com o perdão de dívida concedido sob o rigor de um plano de recuperação judicial.

Ademais, essa pretensa tributação se mostra uma verdadeira injustiça, já que, enquanto os credores se organizam e abrem mão de parte de seu direito creditório, concedendo perdão à empresa em recuperação, para que esta possa se reerguer, o Fisco irá enriquecer às custas deste esforço dos credores, onerando a recuperanda. Neste cenário de injustiça, quanto maior o perdão, maior será o valor a ser arrecadado pela RFB da empresa devedora.

É um verdadeiro contrassenso, pois além de enriquecer às custas das concessões dos credores, em última análise, a tributação estatal desvirtuará o plano de recuperação de uma empresa, que recebeu um perdão de dívida exatamente pelo fato de sua crise econômico-financeira não permitir o cumprimento da obrigação.

Em resumo, a tributação do haircut desestimula a recuperação de empresas em crise, na contramão do que determina o artigo 47 da Lei de Falências, além de violar os limites de incidência do imposto de renda, previstos no artigo 43 do CTN.

Muitos conhecem a célebre frase proferida pelo Justice John Marshall, da Supreme Court of United States: "The power to tax, involves the power to destroy."

Apesar de proferida em situação distinta, esta máxima muito bem se aplica ao cenário aqui tratado, de sorte que o poder de tributar a renda deve se ater aos

limites de sua hipótese legal de incidência, não podendo onerar um perdão de dívida estritamente necessário à sobrevivência da empresa devedora.

Caio Malpighi é advogado tributarista associado ao escritório Ayres Ribeiro Advogados e conselheiro jurídico (legal advisor) na Associação Brasileira das Empresas de Luxo (Abrael).

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Mais do Valor **Econômico**

Dólar opera perto da estabilidade com exterior e juros longos sobem



08/10/2020 09:55 — Em Finanças

O GLOBO

CARLOS ALBERTO SARDENBERG



[oglobo.globo.com/opiniaao/
sardenberg@oglobo.com.br](https://oglobo.globo.com/opiniaao/sardenberg@oglobo.com.br)



Tem onde cortar gastos

Entre as diversas ideias de jericó propostas para financiar o programa Renda Cidadã, apareceu mais uma nesta semana: eliminar a dedução de 20% aplicável aos contribuintes do IR que declaram pelo formulário simples. Nesse caso, o contribuinte abre mão de descontar os gastos com saúde e educação, que são, digamos, os mais vantajosos para os que podem pagar escola, médicos e hospitais no particular.

Inversamente, quem escolhe a declaração simplificada está nas faixas mais baixas de renda, usa o SUS e coloca as crianças em escolas públicas. Ou seja, cortar o desconto de 20% na declaração simples é favorecer os mais ricos e tomar dinheiro

dos mais pobres.

É evidente que tem de ser o contrário. Acompanhem estes números: neste ano, ficou isento de pagar IR quem ganhou abaixo de R\$ 28.559 em 2019. O presidente Bolsonaro prometeu várias vezes aumentar a faixa de isenção, primeiro para R\$ 4.700 por mês, depois para R\$ 3.000. Deixou para lá. A faixa nem sequer foi corrigida pela inflação.

Agora, comparem: o teto salarial do funcionalismo é de R\$ 39,2 mil por mês — dez mil acima da faixa de isenção de IR para ganhos anuais.

Tem mais: o teto do funcionalismo simplesmente não é respeitado. Com a combinação dos auxílios-moradia, educação, transporte e alimentação — que variam de setor para setor e entre estados — mais tempo de serviço, participação em conselhos de estatais, venda de férias e acúmulo com aposentadorias, milhares de funcionários recebem muito mais que o teto.

Dizem que o teto é só o salário. O resto é direito adquirido e/ou vantagem pessoal, fura-teto, portanto.

Assim, o contracheque pode passar de R\$ 200 mil mensais. Vencimentos entre R\$ 50 e 60 mil são até comuns em determinadas categorias, especialmente no Judiciário.

Sem contar alguns absurdos que nem custam tanto, mas são de espantar: funcionários em trabalho remoto recebendo

auxílio... transporte.

Não é simples calcular o custo desses benefícios pelo país todo, mas o corte de parte dos auxílios para funcionários que, digamos, ganhem acima de R\$ 5 mil mensais, mais imposição rigorosa do teto de R\$ 39,2 mil chegariam fácil ao valor anual do atual Renda Cidadã (R\$ 30 bilhões).

Para os do topo, seria um “sacrifício” razoável de pedir. No Brasil, quem ganha R\$ 30 mil por mês está no grupo do 1% mais rico.

Para engordar o Renda Cidadã, só há dois caminhos: a tal CPMF digital ou o corte na folha dos funcionários de nível mais alto

Segundo um estudo do Instituto Millenium, o salário médio dos funcionários do Legislativo federal com curso superior está justamente em torno desses 30 mil. Reparem, é salário médio. Grosso modo, a despesa do governo federal prevista para o ano que vem é de R\$ 1,5 trilhão. Parece muito, é muito, mas mal dividida. Cerca de 80% disso, ou R\$ 1,2 trilhão, vão para aposentadorias, pensões e salários. Dos R\$ 330 bilhões que sobram, R\$ 200 bilhões vão para outras despesas obrigatórias, especialmente com saúde e educação. Sobram R\$ 100 bilhões para o Congresso e o governo distribuírem para despesas de custeio e investimento.

Nessa conta, é impossível arranjar o di-

nheiro para engordar o Renda Cidadã. Só restam dois caminhos: aumento de imposto (a tal CPMF digital) ou o corte de gastos na folha dos funcionários de nível mais alto.

Sim, porque há uma enorme desigualdade dentro do setor público. Há professores do ensino fundamental, com curso superior, ganhando R\$ 3,3 mil mensais, pouco mais da metade da média de R\$ 6 mil dos servidores federais com nível médio.

Olhando os números, dá para saber onde cortar, com justiça.

CURRÍCULOS

Em março de 2011, o então ministro da Defesa da Alemanha, Karl-Theodor zu Guttenberg, figura política em ascensão, renunciou ao cargo após ter sido acusado de plágio em sua tese de doutorado, apresentada e aprovada dez anos antes.

A Universidade de Bayreuth cassou seu título de doutor em direito, e ele mesmo concordou com a medida. Negou o plágio, mas admitiu erros graves.

Reparem: a tese não tinha nada a ver com sua função de ministro da Defesa e sua atuação política. Mas ele teve que renunciar.

É uma questão moral óbvia. A pessoa, qualquer pessoa, não pode copiar teses, nem inventar currículos.

Simple assim.

O GLOBO

BC: 'Brasil precisa mostrar que tem disciplina fiscal'

Campos Neto diz que teto de gastos permitiu ao país aumentar despesas na pandemia sem perder a credibilidade de investidores

GABRIEL SHINOHARA
gabriel.shinohara@heb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou ontem que o teto de gastos — que limita o crescimento das despesas da União à inflação do ano anterior — foi essencial para que o país pudesse fazer as despesas

em relação a investidores estrangeiros, está muito ligada ao fiscal. O Brasil precisa mostrar que tem disciplina fiscal — comentou o presidente do BC, em entrevista à rádio Jovem Pan.

CUSTO MAIOR QUE BENEFÍCIO

Na visão de Campos Neto, um gasto maior, que não respeite o teto, pode afetar a

extraordinárias para enfrentar a crise do coronavírus. De acordo com ele, a regra fiscal permitiu que o Brasil continuasse com credibilidade junto a investidores, porque havia o compromisso de voltar a gastar menos assim que a pandemia acabasse.

Campos Neto afirmou que há investidores inter-

credibilidade do país e causar um efeito negativo no crescimento de médio prazo. O presidente explica que o custo desse gasto é muito maior do que o benefício que elegeira:

— É importante entender que não tem mágica. Quando há uma situação fiscal mais frágil, o gasto que você pensa que vai beneficiar o

nacionais interessados em vir para o Brasil, mas ressaltou que é necessário ter credibilidade e, para isso, ser fiscalmente responsável. O mercado consumidor grande e a agropecuária seriam, segundo ele, os principais chamarizes para esses investidores.

— Nossa melhora de credibilidade, melhora de percep-

vem ressaltando a importância do fiscal para a manutenção da taxa básica de juros, a Selic, baixa.

— A nossa trajetória de juros está muito ligada à percepção de estabilidade fiscal. As pessoas precisam entender que não tem como ter inflação baixa e juros baixos com o fiscal desorganizado — destacou Campos Neto.

Veículo: O Globo	Online
Data: 08/10/2020	Coluna: Economia

O GLOBO

Opinião do GLOBO

Projetos de lei poderiam trazer fôlego fiscal

Sem competência nem vontade política, o governo não tem usado as propostas que já existem no Congresso

O tempo da política é quase sempre mais lento que o da economia. O descompasso se repete com o desejo de deixar para depois das eleições a definição de um meio de financiar o Renda Cidadã sem violar a responsabilidade fiscal. Os políticos brincam na boca de um vulcão.

Enquanto o Congresso e o Planalto, isolados na bolha de Brasília, definem táticas e estratégias de poder, a crise vem impondo limites às regulações cartoriais construídas à base de pressão de lobbies. Foi por força dos abalos na economia e na sociedade que o governo foi obrigado a emitir a MP — correta — que permitiu trocar corte de salário por estabilidade temporária.

O terremoto que o país atravessa aconselha flexibilidade de regras, sem desproteger os mais vulneráveis. Há no Congresso projetos de leis adequados ao enfrentamento das dificuldades, mas falta senso de urgência. É certo que várias reformas dependam de propostas de emendas à Constituição (PECs), que exigem apoio maciço dos

parlamentares — no mínimo 60%. Mas seria perfeitamente possível trazer fôlego fiscal por meio de projetos aprovados por maioria simples dos presentes, as leis ordinárias, ou absoluta (das cadeiras), as complementares.

É o caso da regulamentação da demissão de servidores de baixo desempenho. Incluída na Constituição, apresentada por proposta de lei complementar em 1998 pelo ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, está no Legislativo há mais de duas décadas. Aprovada pela Câmara, recebeu emendas no Senado e voltou para os deputados em 2007. Repousa em alguma gaveta há 13 anos. Há ainda um outro projeto sobre o mesmo dispositivo constitucional, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), aprovado em comissões, que espera desde agosto do ano passado para ir a plenário.

O governo, atrás de dinheiro para o programa de Bolsonaro, lembrou os supersalários de castas do funcionalismo, para os quais não vale o teto legal de R\$ 39,2 mil estabelecido para qual-

quer servidor. Manobras nas esferas política e administrativa revogaram na prática esse limite para os privilegiados. Com isso, acabaram por criar uma oportunidade atraente ao governo. Basta cortar desses salários o que exceder o teto, e haverá uns R\$ 10 bilhões por ano à disposição. Com a vantagem de que um projeto de lei ordinária para isso já foi aprovado no Senado em 2016. Só falta o aval da Câmara.

Há ainda o exemplo do governo Temer, que conseguiu apoio para a lei 13.467, que modernizou partes da sacrossanta CLT, considerada intocável desde que Getúlio a instituiu. No início da semana, 65% dos comandantes e copilotos da Latam concordaram, com base na reforma de Temer, que o sindicato negocie a redução definitiva de salários para manter os empregos. É a primeira negociação do tipo no país — e um exemplo de como novas leis podem trazer saídas para crises. Havendo vontade política, o Congresso trabalha. É só o que falta, além de competência, para agir antes do agravamento de uma crise que já chegou.